



Ideli Salvatti é autora de proposta que gradualmente devolve recursos para a manutenção do ensino

Parlamentares fazem pacto contra aquecimento global

Reunidos em Copenhague, legisladores de 25 países concordaram que é essencial investir em fontes

renováveis de energia e aumentar a preservação das florestas. A meta é reduzir em 70% as emissões de gases.

páginas 6 e 7

Fim da retenção de recursos para a educação

O Congresso promulgará emenda constitucional que livra a educação da retenção de 20% das verbas vinculadas. Com isso, a manutenção do ensino passa a ter mais recursos.

página 3

cidadania

Propaganda nas eleições tem novas regras

O pleito do próximo ano está sujeito a novas regras introduzidas pela minirreforma eleitoral. Veja o que pode ser feito por eleitores, militantes, partidos políticos e candidatos para garantir a tranquilidade das eleições e a soberania do voto.

página 16



Alunos de escola em Brasília mostram trabalhos sobre o Halloween: tempo integral inclui atividades extracurriculares e lazer

Obstáculos ao ensino em tempo integral

páginas 4 e 5

e mais...

agora é lei	3
projetos aprovados	3
ambiente legal	8
voz do leitor	15
frases	15
pergunte ao senador	15

mercosul

Aprovado na CRE, ingresso da Venezuela vai ao Plenário

página 9

economia

Senado facilita empréstimos do BNDES para bens de capital

página 10

solidariedade

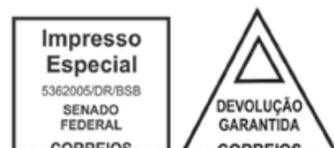
Desconto em imposto para quem doar a fundo do idoso

página 11

institucional

Senadores têm 15 dias para avaliar reforma administrativa

página 13



agenda

Depósitos judiciais vão para conta do Tesouro

Plenário analisa medida provisória que determina a transferência pelos bancos dos recursos para a Caixa. Dinheiro reforça conta da União

Com a edição da Medida Provisória 468/09, a Caixa Econômica Federal passou a concentrar todos os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos federais que estão em outros bancos. A medida será agora analisada pelos senadores. Na forma de projeto de lei de conversão, a matéria está na pauta da sessão deliberativa desta terça-feira. Com prazo de votação esgotado, tranca a pauta do Plenário e tem prioridade.

De acordo com o projeto resultante da MP (PLV 17/09), após receber os valores, a Caixa deverá repassá-los para a conta única do Tesouro Nacional. A principal mudança feita pelos deputados na MP original enviada pelo Executivo deter-

mina que também devem ser transferidos à Caixa valores de natureza não tributária, relativos a depósitos judiciais e extrajudiciais vinculados a ações na Justiça contra a União. Essa determinação reforça o caixa do Tesouro em tempos de queda na arrecadação.

– A MP determina que depósitos feitos por cidadãos que questionam tributos ou taxas sejam transferidos para o Tesouro. E se esses cidadãos ganharem as causas judiciais? Esse dinheiro vai ter que voltar. Na verdade, o governo está usando indevidamente os recursos de depósitos judiciais – criticou o senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA). Ele afirmou que a medida acarretará o repasse para o Tesouro de até R\$ 5 bilhões

em 2009 e de R\$ 6,4 bilhões em 2010.

Também deverão ser transferidos à Caixa depósitos relativos a ações contra fundos públicos, autarquias, fundações públicas e entidades federais que integrem os orçamentos fiscal e da seguridade social. A regra estabelecida pelo PLV deverá ser aplicada aos valores de natureza tributária e não tributária, independentemente da data dos depósitos feitos em outros bancos.

Segundo o relator na Câmara, deputado Marçal Filho (PMDB-MS), há cerca de 400 mil depósitos em bancos distintos que deverão ser transferidos ao Tesouro, conforme as regras estabelecidas pelo PLV. Os juros dos depósitos a serem transferidos deverão ser calculados à taxa originalmente devida até a data da transferência à conta única do Tesouro Nacional.

ACM Júnior: "governo usa indevidamente recursos dos depósitos"

Acir Gurgacz deve assumir vaga de Expedito Júnior

Acir Marcos Gurgacz (PDT) deve assumir a cadeira de senador por Rondônia nesta terça-feira no lugar de Expedito Júnior (PSDB).

Na última quinta-feira, foi lido em Plenário o Ofício 1.426, do Supremo Tribunal Federal (STF), que encaminhou decisão tomada no dia anterior na qual acatou mandado de

segurança apresentado por Gurgacz, segundo colocado nas eleições de 2006.

Expedito Júnior teve o registro de sua candidatura cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em junho após o órgão julgar procedente denúncia de compra de votos e abuso do poder econômico durante

a campanha eleitoral. No entanto, a Mesa do Senado resolveu manter o mandato do parlamentar até que terminassem todas as possibilidades de recurso.

Gurgacz acionou, então, o STF, que determinou o afastamento imediato de Expedito Júnior. O mandato do novo senador vai até 2015.

CCT debate consulta da Anatel sobre a faixa de 2,5 GHz

A destinação da faixa de 2,5 GHz no espectro de radiofrequência no Brasil, conforme consulta pública da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), será debatida nesta quarta-feira em audiência pública da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Também será debatido o pedido de anulação judicial dessa consulta. A audiência foi requerida pelos senadores Wellington Salgado (PMDB-MG) e Roberto Cavalcanti (PRB-PB).

Para o debate, foram convidados o presidente da Anatel, Ronaldo Mota Sardenberg; o consultor jurídico do Ministério das Comunicações Marcelo Bechara; o presidente da Associação Brasileira das Empresas



Roberto Cavalcanti é um dos autores do requerimento de audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia

de TV por Assinatura (ABTA), Alexandre Annenberg; o representante da Associação Nacional das Operadoras Celulares (Acel), Mario Cesar Pereira; o presidente da Associação dos Operadores do Serviço de Distribuição de Multiponto Multicanal (Neotec), Carlos André de Albuquerque; e o diretor-geral da Acom Comunicação, Miguel Martins.

PEC devolve aos estados autonomia para criação e fusão de municípios

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode votar na quarta-feira a proposta que devolve aos estados a autonomia para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios, desde que "a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano" sejam respeitadas.

A PEC 13/03, de Sérgio Zambiasi (PTB-RS), está em reexame na CCJ, e o relator é Eduardo Azeredo (PSDB-MG). A população da cidade que terá perda de território deverá opinar, por meio de plebiscito, se concorda ou não com a criação do novo município.

A CCJ também pode aprovar projeto (PLS 182/05) estabelecendo que o prefeito que deixar de aplicar recursos provenientes do Programa de Alimentação Escolar (PNAE), que aplicá-los indevidamente, comprometendo o oferecimento de merenda escolar, ou ainda que deixar de prestar contas dos recursos do PNAE no prazo e forma definidos pelas normas do programa poderá responder por crime de responsabilidade.

Já aprovado na CE, o projeto de Cristovam Buarque (PDT-DF) tem Almeida Lima (PMDB-SE) como relator.

comissões

Terça-feira

9h30 – AGRICULTURA

Internet – A comissão se reúne para analisar projeto que torna obrigatório divulgar pela internet as análises laboratoriais resultantes de fiscalizações realizadas em empresas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

CPI – Reunião para examinar, entre outros, projeto que estabelece prazos para a extinção de contribuição social. Também na pauta, proposta que disciplina a utilização de informações sigilosas recebidas por comissões parlamentares de inquérito (CPIs).

11h – EDUCAÇÃO

Drogas – A comissão analisa projeto que torna obrigatória a inclusão, no programa de disciplinas dos ensinos fundamental e médio, de estudos sobre o uso de drogas e dependência química. Examina ainda seis projetos que criam *campi* de institutos federais de educação, ciência e tecnologia (leffets) em vários estados.

11h30 – MEIO AMBIENTE

Doações – Senadores examinam projeto que

institui incentivo fiscal para doações ao Fundo Nacional de Meio Ambiente e proposta que fixa prazo de cinco dias para devolução ao consumidor dos valores pagos indevidamente.

14h30 – MISTA DE ORÇAMENTO

Créditos – Na pauta, dois projetos que abrem crédito no Orçamento para os ministérios das Relações Exteriores e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, além de recursos para a rubrica Encargos Financeiros da União.

Quarta-feira

8h30 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Transmissão – Audiência pública para debater proposta da Anatel de mudança da destinação da faixa de 2,5GHz. Participam, entre outros, o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Ronaldo Sardenberg; o consultor jurídico do Ministério das Comunicações Marcelo Bechara; e o presidente da Associação Brasileira das Empresas de TV por Assinatura (Abta), Alexandre Annenberg.

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Serviços médicos – A comissão debate projeto de lei da Câmara que estabelece critérios para a definição de procedimentos de serviços médicos,

plenário

Segunda-feira

Feriado

Terça-feira

14h – Sessão deliberativa

CEF – A pauta está trancada pelo projeto de lei de conversão (PLV 17/09) elaborado sobre a Medida Provisória 468/09, pela qual a Caixa Econômica Federal passou a concentrar todos os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos

o que tem impacto sobre os pagamentos desses serviços. Foram convidados o coordenador-geral de Economia da Saúde da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Leandro Fonseca da Silva; o presidente da Associação Médica Brasileira, José Luiz Gomes do Amaral; e o presidente da Federação Brasileira de Hospitais, Eduardo de Oliveira, entre outros.

10h – EDUCAÇÃO

Acordo – Audiência pública sobre o novo acordo ortográfico da língua portuguesa. Foram convidados, entre outros, os presidentes da Asso-

ciência Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Márcia Angela Aguiar, e da Associação Brasileira de Imprensa, Maurício Azêdo.

Quarta-feira

14h – Sessão deliberativa

Quinta-feira

14h – Sessão deliberativa

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Aposentadoria – A comissão examina projeto que define como crime de responsabilidade a aplicação indevida de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar e proposta que dá prioridade processual a portadores de câncer e de Aids. Outro projeto define requisitos e critérios diferenciados para concessão de aposentadoria aos servidores públicos portadores de deficiência.

agora é lei

Projeto de Cristovam obriga Estado a ofertar ensino médio

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou o projeto de lei que garante a qualquer pessoa o acesso ao ensino médio público e gratuito. Essa é a quinta proposta do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) a ser transformada em lei – todas visam melhorar a educação no país.

Ao defender a norma (Lei 12.061), Cristovam argumenta que, “sem o ensino médio, que é o antigo segundo grau, os jovens não podem entrar na universidade nem se tornar cientistas; sem o ensino médio, portanto, o Brasil não tem futuro”, declarou ele, acrescentando que, atualmente, apenas um terço dos jovens conclui essa etapa dos estudos.

O texto altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que obrigava o poder público a garantir somente o acesso ao ensino fundamental – que é atribuição dos municípios. Agora, qualquer pessoa pode exigir vaga no ensino médio, de responsabilidade dos estados.

Cristovam avalia que, “lamentavelmente, aqueles que terminaram o ensino fundamental há mais tempo dificilmente tentarão se matricular

no ensino médio, inclusive porque nem pretendem mais estudar, como é o caso dos que já estão trabalhando”.

Por isso, o senador acredita que os principais beneficiados serão os jovens que cursam o último ano do ensino fundamental e estão prestes a entrar no ensino médio – mas que normalmente não o fariam devido à falta de vagas.

– Uma parte da evasão escolar é causada pela pobreza, que induz o jovem a trabalhar. Outra parte é provocada pela péssima qualidade das

escolas, que, por essa razão, não seguram os alunos. E há ainda a evasão provocada pela falta de vagas; é esta que pretendemos atacar agora – explicou o senador.

Ao ser questionado sobre a viabilidade financeira de sua proposta, Cristovam Buarque respondeu com uma crítica. Ele disse que, “quando se trata da Copa do Mundo, das Olimpíadas no Brasil ou dos investimentos no pré-sal, ninguém pergunta de onde virão os recursos”. Em seguida, o senador lembrou que, embora de responsabilidade dos estados, para universalizar o ensino médio o governo federal também terá de investir.

Cristovam: “Só um terço dos jovens conclui essa etapa do ensino”

GRADUAÇÃO PARA PROFESSORES

Os professores de educação básica das redes públicas poderão ter acesso a cursos superiores de Pedagogia e licenciatura por meio de “processo seletivo diferenciado”. A medida está prevista no PLS 322/08, aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Educação e que prevê o direito a esse acesso aos professores das redes municipais, estaduais e federal concursados, com pelo menos três anos de exercício da profissão e ainda sem diploma de graduação.

Ministérios deverão certificar filantrópicas

A concessão e a renovação dos certificados de entidades beneficentes – as chamadas filantrópicas – poderão deixar de ser feitas exclusivamente pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), conforme substitutivo da Câmara aprovado pelo Plenário do Senado, horas depois de a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ter acolhido o relatório do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Os deputados alteraram a proposta original (PLS 20/05) para determinar que o exame dos pedidos de certificação das entidades que executam serviços nas áreas de saúde, educação e assistência social seja feito pelos ministérios da Saúde, da Educação e do Desenvolvimento Social, respectivamente.

Fust poderá subsidiar telefonia fixa

As contas de telefone fixo dos consumidores de baixa renda poderão ser menores graças a subsídios previstos em projeto (PLS 283/09) do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). Os subsídios, segundo a proposta, serão financiados com recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust).

A matéria inclui entre os objetivos do Fust o “subsídio direto ao consumo de serviços explorados em regime público”, como a telefonia fixa. Com a medida, as famílias passam a ter na telefonia fixa o mesmo benefício já estabelecido para a energia elétrica. Segundo Flexa Ribeiro, o projeto cria uma tarifa social.

decisões

Senado acaba com DRU dos recursos da educação

Mecanismo que permite ao governo direcionar a outros setores verbas do Orçamento destinadas à área não poderá ser usado a partir de 2011

O Senado aprovou por unanimidade a proposta de emenda à Constituição (PEC 96A/03) que proíbe o governo federal de direcionar para outros setores os recursos do Orçamento da União previstos para a educação. A proposta, apresentada pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC), também já foi aprovada pela Câmara e agora será promulgada. O uso do mecanismo para remanejar os recursos, chamado Desvinculação de Receitas da União (DRU), deverá ser reduzido anualmente no que diz respeito à educação: dos 20% retirados hoje por ano, o percentual deve cair para 12,5% em 2009 e 5% em 2010. Em 2011, essas verbas não poderão mais ser desvinculadas.

A relatora, Lúcia Vânia (PSDB-GO), informa que, com o fim da DRU, o orçamento da educação passará a contar, a partir de 2011, com cerca de R\$ 11,5 bilhões a mais por ano. Para 2009 e 2010, haverá verbas adicionais de R\$ 4 bilhões e R\$ 7 bilhões,



Plenário aprovou por unanimidade proposta de Ideli Salvatti que, modificada pela Câmara, também amplia a faixa do ensino obrigatório: de 4 a 17 anos

respectivamente.

Outra importante novidade inserida pelos deputados, é a exigência de que o Estado ofereça educação gratuita dos quatro aos 17 anos de idade. Essa medida deverá ser implementada progressivamente, até 2016, com apoio técnico e financeiro da União. Hoje, a Constituição obriga o Estado a atender apenas ao ensino fundamental (1ª à 9ª série), para crianças e adolescentes de seis a 14 anos.

Com a PEC, o Estado deverá também atender o aluno, em

todas as etapas da educação básica, por meio de programas de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios deverão organizar seus sistemas de educação de forma integrada, para assegurar a universalização do ensino obrigatório. A proposta estabelece ainda que deverá ser fixada meta de aplicação de recursos públicos em educação em relação ao produto interno bruto (PIB).

projetos aprovados

De 26 a 30 de outubro

Plenário

Enviados à Câmara

- ➔ **PLV 15/09** – Autoriza concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).
- ➔ **PLV 16/09** – Dispõe sobre serviços de energia elétrica nos sistemas isolados.
- ➔ **PEC 29/03** – Determina que os objetivos impostos à ordem social passem a ser avaliados por meio de indicadores de responsabilidade social.
- ➔ **PLC 196/08** – Propõe incentivos aos municípios que utilizarem tecnologias que reduzam o impacto ambiental e economizem recursos naturais.
- ➔ **PLC 161/08** – Institui o Fundo Nacional do Idoso e autoriza a dedução, no Imposto de Renda, das doações feitas aos fundos municipais, estaduais e nacional do idoso.

À promulgação

- ➔ **Medida Provisória 467/09** – Prorroga contratos sobre cooperação técnica.
- ➔ **PEC 87A/03** – Transfere para o quadro da União os servidores civis e militares do ex-território federal de Rondônia.
- ➔ **PEC 96A/03** – Reduz o percentual da Desvinculação de Receitas da União incidente sobre recursos da educação.
- ➔ **PRS 21/08** – Institui o Diploma José Ermírio de Moraes para premiar personalidades de destaque na indústria.
- ➔ **PRS 68/09** – Autoriza o estado do Ceará a contratar operação de crédito externo com o Banco Mundial.
- ➔ **PDS 800/09** – Acordo de cooperação com a Colômbia na área de defesa.
- ➔ **PDS 816/09** – Texto da Convenção Multilateral Ibero-Americana de Segurança Social.

À sanção

- ➔ **PLC 130/08** – Cria a carreira de desenvolvimento de políticas sociais e cargos na Superintendência de Seguros Privados (Susep) e transforma funções na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).
- ➔ **PLC 159/08** – Declara Sant’Ana do Livramento (RS) cidade símbolo da integração brasileira com os países

membros do Mercosul.

- ➔ **PLC 203/08** – Institui o Dia Nacional do Cerimonialista.
- ➔ **PLC 222/09** – Estabelece plano de carreira para policial militar e bombeiro e cria gratificação por risco de vida.
- ➔ **Mensagens 206/09 e 207/09** – Aprovadas as indicações de Maurício Ceschin e Leandro Reis Tavares para diretores da Agência Nacional de Saúde (ANS).
- ➔ **PLS 20/05**, de Flávio Arns (PSDB-PR) – Regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social.
- ➔ **PLC 37/08** – Denomina Professor Arthur Fonseca o *campus* da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), em Sorocaba (SP).
- ➔ **PLN 45/09** – Congresso Nacional – Aprova crédito suplementar de R\$ 921,5 milhões para os ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

CCJ

- ➔ **PLC 140/09** – Altera procedimentos e normas para locação de imóvel urbano. À sanção.
- ➔ **PLC 183/09** – Altera a composição e a organização do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP). À sanção.

CCT

- ➔ **PLS 283/09**, de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) – Permite que sejam aplicados recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) no subsídio de serviços explorados em regime público para a população de baixa renda. À Câmara.
- Foram ainda aprovados 60 projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de emissoras de rádio em diversos estados.

CE

- ➔ **PLS 322/08**, de Cristovam Buarque (PDT-DF) – Prevê que professores da rede pública da educação básica tenham acesso a cursos superiores de Pedagogia sem necessidade de exame vestibular. À Câmara.

educação

Rede pública sobrecarregada é obstáculo ao turno integral

Censo do MEC mostra que 97,9% das vagas do ensino básico estão ocupadas. Apenas cinco em cada 100 alunos ficam o dia inteiro na escola

Com a aprovação, na semana passada, da proposta de emenda à Constituição (PEC 96A/03) que acaba com a possibilidade de o governo retirar recursos do Orçamento da União da educação para destinar a outros setores (leia mais na página 3), deve ganhar impulso no Senado outro debate importante para o setor educacional: a implantação da jornada em tempo integral para o ensino fundamental, definida em duas outras PECs que tramitam na Casa.

Segundo o Censo da Educação Básica de 2009, divulgado este mês pelo Ministério da Educação (MEC), mais de 52 milhões de estudantes – 1,1 milhão a menos que em 2008 – estão matriculados em todo o Brasil, dos quais mais de 86% na rede pública de ensino e, destes, apenas 5,2% em tempo integral (veja à direita).

O ministro da Educação, Fernando Haddad, explica que a redução do número de matrículas deve-se ao menor número

de crianças e jovens no país, em razão da diminuição do crescimento demográfico, e à menor reprovação a cada ano.

Mesmo com a queda no número de matriculados, o censo do MEC mostra que as redes de ensino estadual e municipal – responsáveis por oferecer a educação básica – estão com 97,9% das vagas preenchidas.

No Acre e em Rondônia, o número de matrículas chega a superar o de vagas, enquanto Amazonas, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Pará e Tocantins têm quase

100% das vagas preenchidas. Embora os dados sejam preliminares – estados e municípios têm 30 dias para propor correções –, eles mostram que essas redes de ensino estão no limite de sua capacidade.

Com as escolas lotadas, mesmo com a capacidade de atendimento duplicada pela adoção dos turnos reduzidos, a implantação da jornada integral deverá exigir investimentos maciços.

Propostas sugerem saída para financiar adoção do sistema

Diante da realidade apresentada pelo censo, o foco das discussões sobre as duas PECs em análise – a 94/03, de Demostenes Torres (DEM-GO), e a 74/05, de Cristovam Buarque (PDT-DF) – deverá ser como e onde obter recursos para financiar a implantação do regime integral.

Aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o parecer do relator, Eduardo

Azeredo (PSDB-MG), sobre a PEC de Demostenes – que torna obrigatória a oferta do ensino fundamental em tempo integral – propõe recursos suplementares, destinando 1% do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para sustentar a conversão anual de 6% das matrículas, de forma que, em 2022, todo o ensino fun-

damental seja ofertado em tempo integral. A PEC agora segue para votação no Plenário.

Já a proposta de Cristovam estende a obrigatoriedade de oferta em tempo integral a todo o ensino básico, a ser financiada por meio da criação de uma “poupança educacional do Brasil”, no valor de 2% da receita federal bruta num período de dez anos.

O relator, Adelmir Santana (DEM-DF), já apresentou parecer favorável e a PEC 74/05 aguarda votação na CCJ antes de seguir para o Plenário.

Nenhuma das PECs entra em detalhes quanto ao regime de dedicação dos professores, que, pela legislação atual, podem trabalhar em diversos turnos e escolas públicas (veja texto na página ao lado).

Duas PECs em tramitação no Senado tornam ensino integral obrigatório



Estudantes em aula de música: espaço para atividades extracurriculares é uma das vantagens do sistema de ensino integral

Tempo integral nas escolas brasileiras

Dados sobre as matrículas na educação básica e ensino médio das redes estadual e municipal de ensino mostram que a jornada em tempo integral ainda é escassa nas escolas brasileiras

UF	Total de matrículas	% em tempo integral	Ensino regular - Educação básica						% de ocupação das redes	
			Educação infantil		Ensino fundamental		Ensino médio		2008	2009
			Matrículas	% TI	Matrículas	% TI	Matrículas	% TI		
SC	1.219,62	10,5	206,83	47,1	807,55	3,7	205,24	0,6	98,0	98,2
TO	352,58	9,5	36,54	19,9	254,38	9,8	61,67	2,4	98,8	99,3
RJ	2.614,22	8,9	288,06	32,1	1.819,73	7,5	506,43	0,6	98,8	96,5
PR	2.141,18	8,5	222,53	56,2	1.501,12	3,5	417,53	1,2	95,8	98,8
MS	523,02	8,5	67,54	46,1	376,71	3,3	78,77	1,2	98,0	99,7
SP	7.739,25	6,7	1.173,37	27,1	5.058,89	3,9	1.506,99	0,2	98,3	98,8
MG	3.944,78	6,5	393,69	23,5	2.827,54	5,5	723,55	0,9	98,2	98,0
RN	685,57	5,9	96,90	6,3	459,86	7,2	128,81	1,0	96,5	96,9
MT	676,67	5,7	86,71	28,0	461,37	3,0	128,59	0,3	99,7	98,9
RS	1.955,19	5,5	175,79	44,9	1.413,17	1,9	366,23	0,4	98,9	98,0
GO	1.121,48	5,0	105,04	32,8	788,85	2,7	227,59	0,5	97,3	99,0
AM	986,75	5,0	103,26	2,5	734,18	4,4	149,31	9,9	99,0	99,2
PE	1.899,94	4,2	198,42	8,9	1.289,21	3,2	379,30	5,3	92,5	97,9
ES	703,64	4,1	128,95	15,7	469,91	1,8	104,79	0,3	99,2	97,3
PB	791,48	4,0	88,30	22,4	584,25	1,9	118,93	0,1	99,3	92,5
CE	1.942,83	3,6	276,07	6,7	1.299,54	3,0	367,21	3,6	94,8	97,4
RO	368,93	3,5	36,38	11,9	276,96	2,6	55,59	2,8	96,9	100,7
BA	3.227,25	2,5	378,49	17,0	2.257,86	0,7	590,90	0,2	98,9	94,8
AL	771,15	2,4	76,11	12,8	583,48	1,5	111,56	0,2	101,1	99,0
DF	427,85	2,3	35,05	1,6	316,41	2,8	76,39	0,7	97,4	99,2
SE	457,66	1,7	57,40	7,8	329,90	0,5	70,36	2,7	98,2	98,3
RR	112,01	1,3	15,09	4,2	81,56	1,1	15,37	0,0	100,7	98,9
AC	215,74	1,0	25,19	4,8	157,67	0,6	32,88	0,4	99,4	101,1
AP	180,68	1,0	17,34	2,0	129,75	1,1	33,59	0,0	99,2	98,8
PI	790,70	0,9	108,86	1,1	526,34	0,6	155,50	1,5	97,9	95,8
PA	1.994,77	0,8	253,25	3,9	1.432,40	0,4	309,13	0,1	98,9	99,3
MA	1.854,25	0,8	283,09	2,9	1.278,20	0,5	292,96	0,2	99,0	98,2
Brasil	4.934,27	22,1	27.516,74	3,2	7.215,18	1,1	39.666,19	5,2	97,4	97,9

* não estão incluídas as matrículas na rede federal de ensino, na rede privada e nos ensinos especial, profissional e de jovens e adultos

Fonte: Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep

Senadores acreditam que é hora de resolver o problema

Autor da proposta de ensino em tempo integral para toda a educação básica, o senador e ex-ministro da Educação Cristovam Buarque acredita que só uma “revolução” pode mudar o ensino do país. E ela passaria pela construção de novos e mais equipados prédios, aumento dos salários dos profissionais e adoção do turno e da educação integrais.

– Mesmo tendo melhorado, não estamos indo na velocidade necessária e corremos o risco de ficar para trás. Com as novas exigências do mundo, não basta alfabetizar, é preciso muito mais. É preciso, por exemplo, ensinar a usar o computador. E nós ainda nem erradicamos o analfabetismo, que aumentou entre 2007 e 2008. Desse jeito seremos ultrapassados em breve por Paraguai, Colômbia, México e até Bolívia, países com muito menos recursos que nós – adverte.

Cristovam propõe ainda que os

recursos para a implantação do turno integral não sejam pulverizados nas redes de ensino de todo o país.

– As escolas que hoje existem não merecem o nome de escolas. Algumas nem o quadro-negro têm, quando esse recurso já deveria ter sido substituído por computadores em todas elas. Não precisamos aumentar a rede, precisamos é refazer pelo menos 70% dela. Esse dinheiro deve ser usado nas redes de 250 cidades a cada ano. Ao fim de 20 anos o país terá feito a revolução de que precisamos.

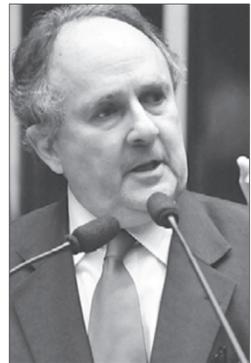
Por sua vez, Eduardo Azeredo, relator da PEC 94/03, que prevê a obrigatoriedade da oferta do ensino fundamental em tempo integral, considera viável a implantação da medida em todas as escolas do país até 2022, como prevê a proposta de Demostenes Torres aprovada na CCJ.

– Se considerarmos que não

teremos que ampliar o número de vagas e escolas em razão do declínio do crescimento demográfico, que acabamos de aprovar a desvinculação dos recursos do Orçamento destinados à educação, e que teremos esse recurso adicional de 1% do Imposto de Renda e do IPI previsto na PEC, acredito que será possível cumprir a meta estabelecida – afirma o senador por Minas Gerais.

Já o ministro da Educação, Fernando Haddad, em audiência da Comissão de Educação, argumentou que é preciso resolver questões pendentes antes de implantar instituições públicas de tempo integral.

– Precisamos resolver questões como o caso de escolas que têm três turnos, incluindo o chamado “turno da fome”, entre 11h e 15h. Temos que honrar uma agenda que está atrasadíssima, que é a escola de quatro horas – declarou.



Cristovam Buarque (E) e Demostenes Torres (C) apresentaram as PECs. Eduardo Azeredo, relator, apontou fontes de financiamento



FOTOS: GERALDO ANGELA

Brasil retrocedeu no sistema a partir do século passado

O Brasil, na verdade, deu vários passos para trás na questão do ensino em tempo integral na rede pública. De acordo com estudo do consultor legislativo do Senado João Monlevade, até meados da década de 1920 a esmagadora maioria dos alunos brasileiros estudava em escolas com jornada integral.

A primeira escola do país – o Colégio dos Meninos de Jesus, que os jesuítas inauguraram em 1550 em Salvador – era um internato onde os estudantes moravam e, além das aulas, tinham atividades de estudo, de recreação e religiosas. Esse modelo foi seguido por todos os colégios e missões indígenas durante mais de 250 anos, mesmo depois da expulsão dos jesuítas.

Com a proclamação da República, em 1889, multiplicaram-se as escolas primárias e secundárias públicas e os externatos passaram a ser maioria. Mesmo assim, os estudantes tinham aulas pela manhã e à tarde, ocupando uma sala

e uma carteira exclusivas.

Na década de 1920, as autoridades paulistas, preocupadas em atender à demanda muito acima do número de vagas, adotaram os turnos reduzidos, matutino e vespertino, como medida emergencial, duplicando a capacidade de matrícula no mesmo espaço, com a promessa de construir centenas de prédios para uma volta à jornada integral. Mas não apenas nunca houve o prometido retorno, como o turno reduzido se espalhou para os demais estados do Brasil e para

quase todos os países da América Latina.

Monlevade afirma ainda que grandes educadores, como Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, tentaram resgatar a jornada integral entre as décadas de 1950 e 1990. Por iniciativa deles nasceram o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, em Salvador, escolas-parque e escolas-classe, em Brasília, e os Cieps, no Rio de Janeiro, que, além de horário integral, tinham espaço

e equipamentos adequados ao desenvolvimento integral do currículo. Hoje o Rio de Janeiro, que chegou a ter mais da metade dos alunos matriculados em jornada integral, retrocedeu a 8,9%, segundo o censo do MEC.

Mesmo no governo Fernando Collor, e depois no de Itamar Franco, quando os centros integrados de atendimento às crianças (Ciacs) eram a grande bandeira na área da educação básica, o retorno não se concretizou. Construídos pela União, os Ciacs (ou Caics, no governo Itamar) eram entregues ao estado ou município, que logo instituíam os turnos reduzidos, em razão da demanda por matrículas. Quase mil centros foram entregues e pouquíssimos deles adotaram o sistema de jornada integral.

Além das dificuldades de financiamento, Monlevade atribui a responsabilidade pelo fracasso das tentativas de resgate do turno integral à descontinuidade das políticas públicas, que mudam a cada governo, e à resistência dos professores e do próprio pensamento acadêmico gerado nas universidades do país.

Turno reduzido afetou qualidade e aprofundou desigualdade social

Embora ressaltando que o país não dispõe de dados e estudos definitivos sobre a questão, o consultor João Monlevade diz ser possível afirmar que a redução da jornada escolar teve impacto direto sobre a qualidade do ensino no país, começando pelo trabalho dos docentes.

Até a década de 1920 – quando 95% dos alunos da rede pública se concentravam no ensino primário –, o professor tinha um só cargo e trabalhava na mesma escola e na mesma turma. Essa condição lhe permitia avaliar diariamente os estudantes, preparando suas aulas de acordo com o ritmo de aprendizado. Outro efeito positivo e de extrema importância dessa dedicação, ressalta o consultor, é o grau de conhecimento que os estudantes.

Com a divisão de turnos, os professores passaram a assumir dupla ou até tripla jornada, inclusive com acúmulo de cargos públicos, permitido a partir da Constituição de 1934. Com essa nova carga de trabalho, os docentes, segundo Monlevade, foram mudando de papel: de garantidores da aprendizagem passaram a “expositores de matérias”. Não exigiam mais dos alunos o “dever de casa”, mesmo porque não dispunham mais de tempo para corrigi-lo,

nem avaliavam diariamente os conteúdos ensinados.

Para o consultor, seguiu-se, por consequência, a desvalorização salarial, profissional e social do professor: “de profissão disputada, passou a ser apenas uma opção de sobrevivência”.

João Monlevade lembra que a aprendizagem depende do empenho dos governos e da escola, quando formulam as políticas, decidem os currículos e administram o processo; da dedicação dos professores; da periodicidade com que os alunos são avaliados; e do grau de conhecimento que a família tem dos conteúdos e da intensidade com que eles são partilhados em casa.

Para tentar atenuar o problema, estudantes de classes alta e média buscaram atividades extras, e se valem de livros e computadores em casa, aulas de música, informática, esportes, línguas estrangeiras e reforço escolar.

Já os alunos das classes populares limitam-se a ver televisão, a brincar nas ruas e a ajudar em casa. Assim, de acordo com Monlevade, o turno reduzido acabou por produzir um efeito ainda mais danoso: a escola deixou de ser um facilitador para a ascensão social, e passou a reproduzir e acentuar as desigualdades culturais e sociais.

Reformar currículo e melhorar a gestão também são medidas importantes

O grande risco quando se fala na obrigatoriedade do turno integral na educação básica é pensar que essa volta, por si só, será capaz de garantir o resgate da qualidade do ensino, adverte João Monlevade. Embora seja um passo importante, ele aponta a necessidade de se reformar o currículo e a gestão pedagógica, do sistema, da rede e da escola.

Para o consultor, além da melhoria da gestão, é preciso associar à escola em tempo integral a educação integral – que inclui as disciplinas para o desenvolvimento das diversas potencialidades dos alunos e a preparação para o trabalho.

– Não se trata de voltar ao passado e, mecanicamente, restaurar

as situações anteriores. É preciso entender os desafios do presente, as configurações novas da demanda e, principalmente, da oferta da educação escolar, inclusive absorvendo as possibilidades das novas tecnologias de informação e comunicação – diz ele.

A Assembleia Legislativa de São Paulo pode ter dado um grande passo na direção da melhoria da gestão da educação ao aprovar, este mês, um plano de carreira para os professores paulistas totalmente vinculado ao mérito dos docentes. É o primeiro de que se tem notícia no país. Além de aumentar os salários de forma geral, o plano prevê ganhos maiores que o piso para os docentes mais bem avaliados e assíduos.

Europa, EUA, Japão e até países pobres da África adotam o ensino integral

O ensino em tempo integral nas escolas públicas é a regra desde sempre na maioria das nações desenvolvidas da Europa, no Japão, nos Estados Unidos e no Canadá. Mesmo em muitas nações pobres ou emergentes, inclusive africanas, o consultor destaca que o tempo integral é a norma.

Já os países da América Latina em geral reduziram a jornada dos alunos, à exceção de Guiana e Suriname, ligados às raízes da colonização francesa e holandesa.

Uruguai, Argentina e Chile têm tomado iniciativas para voltar gradualmente ao ensino em tempo integral, enquanto a Venezuela, com suas *escuelas bolivarianas*, tem dado maior peso institucional a esse resgate.

Quanto à dedicação dos professores, na maioria dos países ela é integral e exclusiva a uma mesma escola. Embora haja exceções, em nenhum país o acúmulo de cargos na rede pública tem respaldo constitucional como no Brasil.

Parlamentares fecham pacto para reduzir emissão de CO₂

Fórum mundial de legisladores estabelece em Copenhague meta de cortar 70% da produção de gases de efeito estufa até 2020

Legisladores de 25 países se reuniram, há dez dias, em Copenhague, na Dinamarca, e concordaram que é essencial investir em fontes renováveis de energia e aumentar a preservação das florestas, de modo a alcançar uma redução, até 2020, de 70% das emissões de gases causadores do efeito estufa, responsável pelo aquecimento global. Sem isso, a temperatura média do planeta poderá se elevar em mais de dois graus centígrados, com terríveis consequências para todas as formas de vida.

Para debater com mais de cem congressistas de cinco continentes as metas que serão defendidas na 15ª Conferência das Partes sobre o Clima (COP-15), em dezembro, naquela cidade, o Brasil enviou os senadores Serys Shlessarenko (PT-MT), Renato Casagrande (PSB-ES) e Cícero Lucena (PSDB-PB) e os deputados federais Antonio Palocci (PT-SP) e Luciano Pizzatto (DEM-PR).

– Defendemos uma meta global de, no mínimo, 50% de reduções até 2050. Entendemos, além disso, que os países desenvolvidos devem assumir, no médio prazo, as metas sugeridas pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas [IPCC], que são de 26% a 40% de redução, em relação a

1990, das emissões de gases do efeito estufa até 2020 – informou Serys, ao oferecer, em nome dos colegas, um resumo da participação brasileira em Copenhague (leia nesta página).

No encontro da Organização Global de Legisladores por um Meio Ambiente Equilibrado (Globe), os europeus foram mais além – apesar de certa cautela da Alemanha e da Itália – e defenderam uma redução, até 2050, de 80% a 95% das emissões de gases causadores do efeito estufa, se outras nações ricas e emergentes adotarem metas semelhantes (veja nesta edição). A relutância de alguns personagens cruciais – EUA, China e Índia – em aderir a números tão específicos ameaça enfraquecer o pacto em torno do clima.

Para a senadora, um quadro de mudança climática para depois de 2012 está na base de uma estratégia de crescimento econômico sustentável com capacidade de aumentar a segurança da energia e do clima, de reduzir a pobreza, gerar empregos e assegurar melhoria da saúde.

Na avaliação dos parlamentares reunidos na capital dinamarquesa durante três dias, é preciso criar novos padrões na construção e nos equipamentos elétricos; novas fontes de energia renováveis; ve-



No Dia Mundial da Alimentação (16/10), em frente ao Itamaraty, o Greenpeace alerta para o impacto da agropecuária no meio ambiente

culos movidos por combustíveis limpos e com maior eficiência e economia; e, naturalmente, reduzir de forma drástica o desmatamento em todo o globo. Essas medidas, acreditam os legisladores, poderão gerar economia e estimular maior competitividade entre as empresas.

– Políticas e investimentos dirigidos para uma economia de baixo carbono criam relativamente mais empregos do que as alternativas tradicionais da economia de alto carbono – reforçou Serys Shlessarenko.

Renato Casagrande assumiu, em nome da delegação, o compromisso de levar à Comissão de Mudanças Climáticas do Congresso, em seminário em Brasília no próximo dia 11, as posições aceitas por todos os países, para

que o Congresso brasileiro discuta e assuma as mesmas posições na COP-15. Para Cícero Lucena, a redução das emissões é parte do problema, pois, segundo ele,

Comissão debate proposta dia 11

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA) marcou para o próximo dia 11 um seminário para debater a posição que o Brasil levará para a reunião do COP-15 em Copenhague.

Segundo o presidente da CMA, Renato Casagrande – que propôs o encontro antes de embarcar para a reunião preparatória de Copenhague no final do mês passado –, a ideia é que se elabore um documento a ser encaminhado ao governo, com sugestões sobre as medidas que o Brasil deverá

está demonstrada claramente a necessidade de investir em novas tecnologias limpas, como a eólica, solar e nuclear, com correta destinação dos resíduos.

defender na Dinamarca.

O senador enfatizou a importância do Brasil manter sua posição de liderança na discussão climática, lembrando que, há cerca de duas semanas, os legisladores europeus anunciaram que pretendem convencer seus países a reduzir, até 2050, de 80% a 95% das emissões de gases causadores do efeito estufa (veja nesta página).

Já a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa decidiu, na quarta-feira, que também enviará dois senadores à COP-15.

Serys: legisladores darão respaldo a acordo justo

Para os legisladores reunidos em Copenhague, qualquer mudança nas leis deve se fundamentar em princípios científicos e na realidade socioeconômica de cada nação, não em posições políticas ou passionais. A ênfase foi o princípio da “responsabilidade comum mas diferenciada”: ainda que todos os países assumam compromissos em relação ao aquecimento global, não se devem aplicar medidas iguais para todos, em função das características diferenciadas da cada um.

– De fato, nós [legisladores] somos aqueles que vão dar respaldo aos governos para negociarem, em dezembro, um acordo justo e exequível. Por isso, era crucial que nós chegássemos a um consenso de princípios para dar um passo adiante nessas mudanças nas economias mais desenvolvidas – explicou Serys Shlessarenko.

Ela sentiu, no fórum, um “desejo suprapartidário” nas principais economias mundiais de se atingir um resultado na 15ª Conferência das Partes (COP-15) que ofereça uma chance razoável de evitar uma mudança climática perigosa. Segundo a senadora, isso passa por compromissos ambiciosos e

quantificados de redução de emissões, por parte dos países desenvolvidos, e ações adequadas por parte das nações em desenvolvimento, mediante o necessário apoio financeiro e tecnológico. Serys deixou claro que o Brasil recusa definitivamente a imposição de metas obrigatórias para os mais pobres.

– Um quadro de mudança climática pós-2012 ambicioso, efetivo e equitativo constituirá o motor propulsor do desenvolvimento econômico sustentável, da criação de empregos, do aumento da segurança da energia e do clima, da melhoria da saúde e da redução da pobreza. Os legisladores podem provocar a transição para uma economia de baixo carbono agora – disse ela.

O princípio da “responsabilidade comum mas diferenciada” fortalece a importância de as nações mais ricas (G-8 à frente) se comprometerem com a busca de recursos para ajudar os países em desenvolvimento a honrar as metas de redução nas emissões, fazendo crescer suas economias sem

cometer os mesmos erros do passado, que causaram todo o desequilíbrio ecológico atual.

No que diz respeito à conservação do carbono terrestre, o encontro concluiu que a ênfase deve ser no manejo das florestas, no reflorestamento e nos mecanismos de Reed (redução de emissões e por desmatamento evitado). Em uma segunda fase, a partir do ano que vem, o fórum de legisladores começará a discutir o próximo passo, que é a fixação do carbono oceânico, além da situação do uso de recursos oceânicos, da produção de peixes e da morte dos recifes em todo o mundo.

– O Brasil propõe que o esforço dos países em desenvolvimento deve ser compatível com suas necessidades sociais e de desenvolvimento. A composição da matriz energética, o programa federal de combate ao desmatamento e a crescente aplicação de biocombustíveis são importantes iniciativas voluntárias de redução das emissões no Brasil.

Brasil recusa imposição de metas aos países pobres, diz senadora



Deputado Luciano Pizzatto (C) e senadores Renato Casagrande (E) e Serys Shlessarenko no fórum que se reuniu em Copenhague

Câmara aprova Política Nacional sobre Mudança do Clima

A Câmara dos Deputados aprovou na semana passada projeto que cria a Política Nacional sobre Mudança do Clima, que prevê a adoção de diversas medidas para o país reduzir as emissões dos gases causadores do efeito estufa. Ele é resultado de uma compilação do PL 18/07, do deputado Sarney Filho (PV-MA), com proposta do próprio governo federal (PL 3.535/08), e chegará ao Senado nesta semana.

A proposta tramitava desde o ano passado, mas ganhou urgência devido à proximidade da nova rodada internacional de negociações sobre a redução dos gases do efeito estufa, marcada para dezembro em Copenhague.

A substituição gradativa dos combustíveis fósseis (petróleo, carvão) por energias renováveis também está prevista, com o aumento da participação da energia de pequenas centrais hidrelétricas na matriz energética nacional. Haverá, ainda, estímulo tributário à produção de biodiesel, às ener-

gias eólica, solar e de biomassa e ao uso da energia solar para aquecimento de água.

Outra novidade é o uso de critérios diferenciados em licitações públicas para favorecer produtos e serviços que signifiquem maior economia de energia e de água e redução na emissão de gases poluentes. A nova política deverá contar com o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, a ser criado, que reunirá fontes do Orçamento da União e de mecanismos de incentivo criados pela Conferência Climática da ONU e pelo Protocolo de Kyoto, que definiu metas de redução na emissão de carbono pelos países desenvolvidos.

Um exemplo são os créditos de carbono, pagos a projetos que promovam a retirada de gases do efeito estufa da atmosfera, o que é feito principalmente ampliando a vegetação, entre outras técnicas. O preço da tonelada de carbono varia entre US\$ 9 e US\$ 12 no mercado internacional.

De 1994 a 2007, agropecuária elevou emissões em 30%

Estudo divulgado há menos de duas semanas pelo Ministério do Meio Ambiente lançou, literalmente, mais lenha na fogueira entre agropecuaristas e ambientalistas. De acordo com o levantamento, entre 1994 e 2007, a agropecuária brasileira aumentou em 30% os gases causadores do efeito estufa. Ainda assim, o setor é apenas o quarto nesse quesito, atrás da indústria (56%) e dos setores de energia (54%) e de resíduos (32%).

Além das óbvias atividades geradoras do efeito estufa pela agropecuária (queima de resíduos agrícolas e remoção dos solos), pesam na contabilidade do setor os gases oriundos da chamada fermentação entérica e do processo digestivo dos rebanhos – leia-se, arrotos e gases intestinais –, entre outros. Contra o setor energético pesa o aumento do número de ter-

melétricas, movidas a diesel ou a carvão, ambos combustíveis fósseis. O estado de São Paulo, sozinho, responde por 38% dessas emissões. No caso dos resíduos, a explicação estaria no fato de apenas 3% das residências separarem o lixo reciclável do não reciclável.

Ao anunciar os dados, o ministro Carlos Minc confirmou ter apresentado ao presidente Lula a proposta que sua pasta recomenda seja levada pelo Brasil à COP-15: corte linear de 40% nas emissões brasileiras até 2020.

Na proposta, 7% das reduções prometidas pelo Brasil viriam da agropecuária. Segundo estudos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), 24 milhões de toneladas de CO₂ deixariam de ser emitidos com plantio direto na palha – técnica que evita maior remoção da terra e uso de defensivos agrícolas.

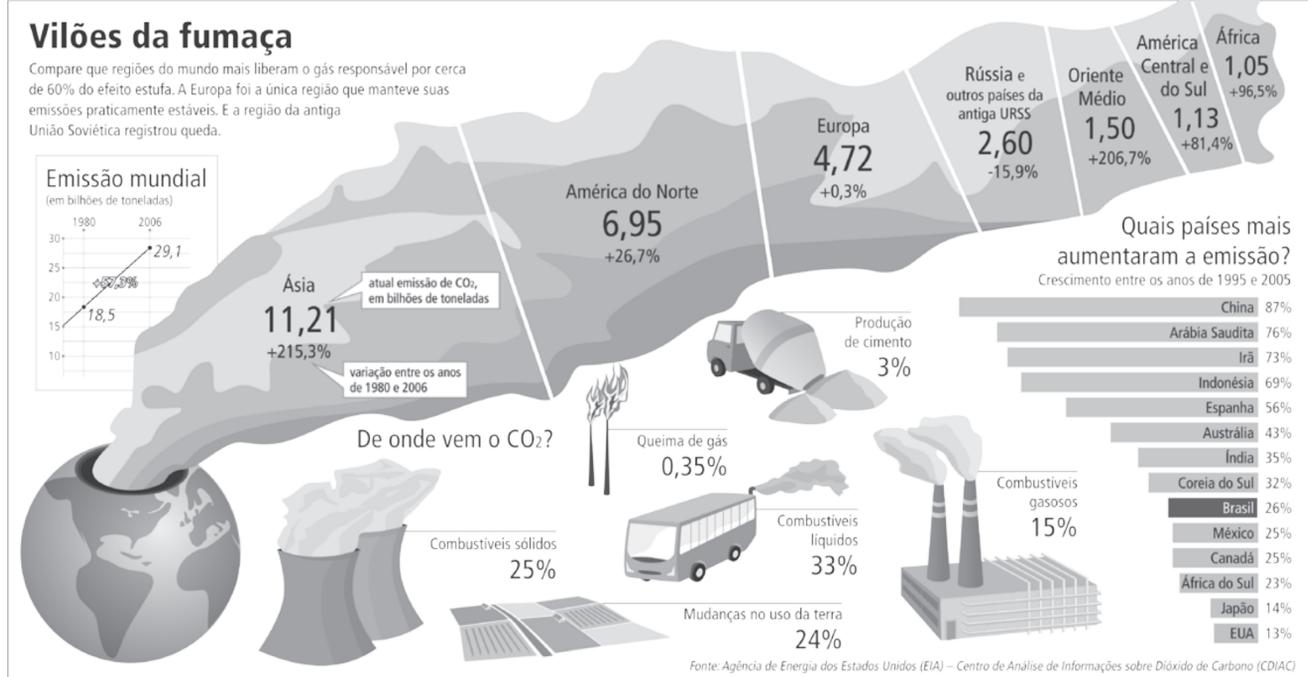
Europa oferece drástica redução

Os parlamentares dos países europeus anunciaram, no último dia 22, após uma reunião preparatória em Luxemburgo, o desejo de estabelecer uma ambiciosa meta: reduzir as emissões de gases causadores do efeito estufa em 30% até 2020 e em até 95% daqui a quatro décadas, caso as outras nações mais ricas (EUA, Japão, Canadá etc.) cheguem a um consenso na Conferência Climática Internacional.

“Esta deve ser uma mensagem bem clara para o mundo. Nós desejamos chegar a um acordo em Copenhague”, disse à imprensa o ministro do Meio Ambiente da Suécia, Andreas Carlgren, em nome

de colegas de outros 26 países do continente. Porém na Europa, assim como no Brasil, ainda restam dúvidas sobre se prevalecerão as posições mais avançadas em relação ao tema.

Terminou sem acordo, por exemplo, a reunião de ministros da Fazenda da União Europeia, que pretendia alinhar a criação de um fundo de financiamento para que os países em desenvolvimento possam continuar a crescer, porém sem tantas emissões. A Polónia lidera o bloco dos países do Leste Europeu que dizem não ter recursos para ajudar a China e a Índia a poluírem menos o mundo.



Menos carbono, mas com crescimento econômico

O Ministério do Meio Ambiente acha que o Brasil pode levar para Copenhague, em dezembro, o compromisso de cortar até 40% das emissões de dióxido de carbono (CO₂), gás que é o principal causador do efeito estufa, sem com isso prejudicar as metas de crescimento econômico médio de 4% ao ano.

Essa foi a proposta levada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo ministro Carlos Minc, durante reunião da qual também participaram os ministros da área econômica, da Casa Civil e de Ciência e Tecnologia. De todos, porém, Minc foi o único a oferecer números. Para a meta ser alcançada, no entanto, é essencial que a reunião do COP-15 aprove a criação de mecanismos de

financiamento para que os países em desenvolvimento contribuam para a solução do clima. No caso brasileiro, Carlos Minc acredita que o custo seria de cerca de US\$ 10 bilhões, repassados pelas nações mais ricas.

– Não podemos aceitar que coloquem nos países em desenvolvimento o peso sobre a redução da emissão de gases – declarou o ministro do Meio Ambiente à Agência Brasil, fazendo coro com a posição defendida há duas semanas pelos senadores Serys Shlessarenko, Renato Casagrande e Cícero Lucena no encontro mundial de legisladores (veja nesta página).

Se vier a ser adotada pelo Brasil a proposta do ministério contra

o aquecimento global, ela levaria as emissões nacionais em 2020 a caírem aos níveis de 1990. Quando falou na assembleia-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, em setembro passado, Lula prometeu que defenderia em Copenhague um “desvio significativo” da trajetória de emissões do país.

Pelos cálculos do ministério, metade dessa redução poderá ser conseguida com a diminuição em 80% do desmatamento na Amazônia; a outra metade no Cerrado e na Caatinga, entre outros biomas, e também com mudanças na matriz energética nacional, com a adoção gradativa de combustíveis limpos. Segundo estudos do ministério, mantida a atual trajetória, o Brasil estará despejando 2,8 bilhões de toneladas de gás carbônico na atmosfera em 2020.

Ministro quer obter compensação financeira dos países ricos

Fonte: Agência de Energia dos Estados Unidos (EIA) – Centro de Análise de Informações sobre Dióxido de Carbono (CDIAC)

meio ambiente

debates

GERALDO MAGELA



Senadores aprovaram parecer de Valdir Raupp (ao centro, analisando documento) que amplia prazo para compensação a estados

Senado aprova transição de modelo energético

Medida provisória sobre subsídios a termelétricas na região Norte, que será interligada à rede nacional, é modificada no Senado e volta à Câmara

O Plenário aprovou, com cinco emendas, o projeto de lei de conversão (PLV 16/09) oriundo da medida provisória (MP 466/09) sobre subsídios concedidos à geração de energia termelétrica na região Norte. A MP se antecipa à interligação, até 2011, de parte das 277 cidades que usam geradores de energia a diesel à rede nacional, prevenindo uma transição. Com as emendas, a matéria volta à Câmara.

O relator, Valdir Raupp (PMDB-

RO), dobrou de 12 para 24 meses o prazo de compensação para os estados que perderem arrecadação com a mudança, já que cobram ICMS sobre os combustíveis usados nas termelétricas.

A construção das linhas de transmissão com subestações para o Acre e Rondônia e para Manaus e Boa Vista, interligando esses locais ao sistema elétrico nacional, significa uma economia de 1,2 milhão de litros de óleo diesel em termelétricas por dia.

Raupp explicou que a energia das termelétricas custa perto de R\$ 800 o MWh (megawatt/hora), contra cerca de R\$ 100 do sistema nacional. Para equilibrar os preços, existe uma conta especial, pela qual os consumidores interligados (97% do total) pagam um subsídio aos 3% de consumidores da região Norte.

Para Raupp, as emendas do Congresso à MP dão maior clareza a respeito dos contratos firmados nos sistemas isolados.

Projeto permite agropecuária em reserva na serra do Cachimbo

A reserva Nascentes da Serra do Cachimbo, no sul do Pará, poderá perder a condição de reserva biológica e ser transformada em duas unidades de conservação: um parque nacional e uma área de proteção ambiental. A proposta foi aprovada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Pelo projeto (PLS 258/09), do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), os 162 mil hectares da reserva

biológica seriam transformados no Parque Nacional Nascentes da Serra do Cachimbo, localizado entre os municípios de Altamira e Novo Progresso, e outros 178 mil hectares, em Altamira, na Área de Proteção Ambiental (APA) Vale do XV. Nas APAs são permitidas atividades agrícolas, evitando a remoção de mais de 200 famílias ao longo da BR-163 que se dedicam à pecuária e à produção de arroz, banana, abacaxi e café.

SUBCOMISSÃO DA ÁGUA

A necessidade de definição de regras mais claras para a gestão dos rios brasileiros e transfronteiriços, como o Paraguai e o Paraná, foi destacada pela senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), eleita presidente da Subcomissão Permanente da Água. O vice-presidente da subcomissão, ligada à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), será o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que destaca a necessidade de boa gestão da água.

A cobertura completa dos debates das comissões registradas abaixo está disponível em www.senado.gov.br/jornal.

FUNDO SOCIAL DO PRÉ-SAL

A criação de fundo social com recursos provenientes da exploração do petróleo da camada pré-sal é uma ideia louvável, mas é necessário investir para o futuro e não para gastos imediatos. Esta foi a tônica do debate realizado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) sobre a definição do modelo desse fundo.

Para Júlio Sérgio de Almeida, professor da Unicamp, o dinheiro do fundo não deve ser destinado a gastos que não contribuam para o crescimento do país. Edmilson Moutinho, professor da USP, estima que o fundo poderá ter US\$ 120 bilhões até 2030, montante suficiente para manter programas sociais de US\$ 4 bilhões por ano. Manoel Maia Nobre, especialista em contaminação de solos, defendeu a destinação dos recursos ao saneamento básico, à educação e a pesquisas das riquezas da plataforma continental brasileira.

CPI DA PETROBRAS

A construção das plataformas P-52 e P-54, em atividade desde 2007, custou US\$ 177 milhões a mais do que estava previsto. Na CPI da Petrobras, o gerente da estatal Antônio Carlos Justi afirmou que isso foi necessário devido à variação cambial, que causou desequilíbrio econômico nos contratos firmados em dólar. Presidente da CPI, o senador João Pedro (PT-AM) anunciou que José Sérgio Gabrielli, presidente da Petrobras, será ouvido em 10 de novembro. O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) protestou dizendo que a CPI é uma farsa, e abandonou a reunião com os senadores da oposição.

CRÉDITO DE CARBONO

Por sugestão do deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), a presidente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), anunciou a criação de um grupo para debater a regulamentação do mercado de créditos de carbono no Brasil. A proposta foi feita depois de audiência pública com representantes de ministérios, da bolsa de valores e da Comissão de Valores Mobiliários, que apontaram a complexidade para regulamentar o assunto no Brasil. Ideli avisou que o relatório final será votado em 25 de novembro.

BIOCOMBUSTÍVEIS

No debate na CI sobre o marco regulatório dos biocombustíveis, o pesquisador da Embrapa-Soja, Cesar de Castro, destacou o potencial de produção de óleo a partir do dendê. Segundo ele, o dendê pode gerar cerca de cinco toneladas de óleo por hectare, dez vezes mais que a soja. O coordenador-geral de Açúcar e Álcool do Ministério da Agricultura, Cid Jorge Caldas, recomendou que toda a cadeia produtiva de biocombustíveis esteja prevista no marco regulatório e não apenas a dos produtos finais, como o álcool ou o biodiesel.

COMUNICAÇÃO

Os senadores Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) manifestaram preocupação com a possibilidade de polarização ideológica dos debates da I Conferência Nacional de Comunicação, a ser realizada em Brasília, de 14 a 17 de dezembro. Os parlamentares se manifestaram durante debate realizado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), com a presença do consultor jurídico do Ministério das Comunicações, Marcelo Bechara.

ambiente legal

Mudança climática a galope

As mudanças climáticas ocorrerão de forma "infinitamente" mais rápida do que se pensava antes, segundo advertiu o economista Jeremy Rifkin, que já trabalhou como assessor de Bill Clinton e de

Al Gore. "Esperávamos o degelo do Ártico para o fim do século, e o desaparecimento da camada de gelo das montanhas para o próximo século, mas as duas coisas estão acontecendo agora."

Com 6°C a mais, Humanidade entra em colapso

Para Rifkin, as pessoas "continuam a não ter a consciência do que isso significa: o fim do mundo como o conhecemos". Chuvas mais intensas e secas mais prolongadas, disse, ocorrerão em apenas duas gerações. Segundo o economista,

se a temperatura média do planeta subir 3 graus centígrados, a flora e a fauna serão completamente diferentes; mas, se o aumento for de 6 graus, a Humanidade sofrerá "um colapso" e desaparecerá em 30 ou 40 anos.

Economista pede "3ª revolução industrial"

De acordo com Jeremy Rifkin, chegou a hora de promover "a terceira revolução industrial", utilizando as energias renováveis "onde estiverem" e criando "uma rede integrada para compartilhá-la como já fazemos com a informação na internet". Ele explicou que o modelo não consiste em criar parques eólicos ou solares para distribuir energia, mas em construir edifícios capazes de captar a energia solar e a eólica, e de transformar seus resíduos em mais energia.

Marina quer meta mais ambiciosa

A senadora Marina Silva (PV-AC) afirmou em Washington (EUA), na semana passada, que considera "tímida" a proposta, que o governo brasileiro pretende apresentar na conferência de Copenhague,

de diminuir em 80% o desmatamento no país até 2020. Para Marina, a meta de redução dos gases causadores do efeito estufa deve abranger todos os setores, incluindo energia e agricultura.

Compromisso de longo prazo

Para Marina, o desafio de integrar preservação com desenvolvimento exige outras formas de produzir e consumir. Segundo ela, diferentes governos terão que assumir um

compromisso de longo prazo: "Quem não fizer isso estará sendo contrário aos interesses do país e lá na frente vai pagar caríssimo, porque o carbono vai ser precificado".

decisões



Jereissati (à esq., com Romeu Tuma) questionou respeito à democracia pela Venezuela. Romero Jucá (à dir., com Valadares) apresentou parecer em que destacou economia



Projeto aumenta pena para tráfico de crack

A pena por tráfico de drogas poderá ser aumentada de acordo com a gravidade do efeito da droga traficada à saúde dos usuários. Proposta com essa finalidade, do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), foi aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O projeto (PLS 187/09) determina aumento da pena de dois terços até o dobro no caso de tráfico de drogas como o crack, um subproduto da cocaína que causa dependência e danos com mais rapidez que outras drogas.

O relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), ressaltou que 18% dos usuários de crack morrem em um ano de consumo da droga. Em sua avaliação, o crack é a droga mais associada à criminalidade e a condições socioeconômicas desfavoráveis.

A CAS também acolheu projeto de lei (PLC 194/08) para facultar às farmácias a oferta gratuita de serviço de aferição da pressão arterial. Pela legislação, esses estabelecimentos já podem manter serviço de atendimento ao público para aplicação de injeções por técnico habilitado.

O relator, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), destacou que a medida contribuirá para que a população controle a pressão arterial de forma contínua.

Venezuela mais perto do Mercosul

Relatório contrário, de Tasso Jereissati, é derrubado pela CRE, que aprovou texto do líder do governo

Por 12 votos a 5, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou o protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul. Para que o país se torne membro efetivo, ainda será necessária a aprovação do protocolo – já aceito pelos parlamentos da Argentina e do Uruguai – pelo Plenário do Senado, o que pode ocorrer já nesta semana, e pelo Congresso do Paraguai.

O voto contrário à adesão da Venezuela, apresentado pelo relator, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), foi rejeitado por 11 votos a 6. Em seguida, foi apresentado relatório do líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), que terminou aprovado.

Jereissati chegou a sugerir que fosse aprovada simultaneamente uma declaração em defesa da democracia e dos direitos humanos na Venezuela, o que não foi aceito por Jucá. O líder do governo argumentou que o país vizinho importa perto de 70% do que consome e a indústria brasileira poderia substituir parte das exportações feitas pela Colômbia, que vende mais de US\$ 7 bilhões ao ano para a Venezuela.

Jereissati apontou que o presidente venezuelano, Hugo Chávez, atuou contra os interesses brasileiros em controvérsias entre Bolívia, Equador e Paraguai e empresas brasileiras como a Petrobras.

Antes da votação, sugestão de

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) para que uma delegação de senadores visitasse a Venezuela, para averiguar denúncias de desrespeito aos direitos humanos, fora rejeitada por 10 votos a 8.

Mesmo com a aprovação do protocolo, os senadores da CRE manifestaram preocupação quanto à atuação de Chávez. Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu liberdade a todos os presos políticos. Francisco Dornelles (PP-RJ) denunciou “desrespeito às liberdades políticas, principalmente à atuação da imprensa”. Mas votaram a favor da adesão, por acreditar que o processo pode levar a Venezuela a aperfeiçoar a sua democracia.

José Agripino (DEM-RN) disse

que poderá votar favoravelmente em Plenário se até lá Chávez convidar uma delegação da Organização dos Estados Americanos (OEA) para verificar a situação dos direitos humanos em seu país.

Heráclito Fortes (DEM-PI) assinalou que a Venezuela foi tratada com mais flexibilidade do que o Chile. Arthur Virgílio (PSDB-AM) considerou o ingresso daquele país um “golpe de morte” contra o Mercosul. Flávio Torres (PDT-CE) admitiu que o presidente venezuelano poderá criar problemas para o bloco. “Ele é maluco, mas vamos ter mais problemas sem ele”, observou. Para Sérgio Guerra (PSDB-PE), Chávez é um “exportador de populismos e de ditaduras”.

Opositor de Chávez defende entrada do país no bloco, mas sob condições

O prefeito de Caracas (capital da Venezuela), Antonio Ledezma, defendeu na CRE a entrada do país no Mercosul, desde que o presidente Hugo Chávez adote um compromisso em favor da democracia.

Ledezma afirmou que o povo venezuelano tem uma vocação “integracionista” e fez duras críticas às restrições à liberdade e às violações aos direitos humanos em seu país. Mas lembrou que o governo de Chávez é “circunstancial”, enquanto os interesses do Estado e do povo venezuelanos são permanentes.

Por isso, ele propôs que o ingresso de seu país no bloco fosse condicionado a garantias constantes do Protocolo de Ushuaia, de respeito à democracia no Mercosul, e aos compromissos já firmados, a exemplo de acordo entre o bloco e Israel, país que teve seu embaixador expulso da Venezuela recentemente.

Já o embaixador Regis Arslanian, representante permanente brasileiro junto à Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) e ao Mercosul, afirmou que a entrada da Venezuela no bloco econômico ajudará a fortalecer todo o continente.

Reforço

Com a Venezuela, bloco terá cerca de 76% do PIB da América Latina



Fonte: Ministério das Relações Exteriores

Mozarildo diz que pensou no melhor para Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) declarou que, pensando em Roraima, votou na CRE a favor do ingresso da Venezuela no Mercosul. Mas ressaltou suas restrições às “atitudes antidemocráticas” de Hugo Chávez. O senador lembrou que seu estado recebe energia elétrica da Venezuela e que muitas mercadorias são compradas pelos roraimenses no país vizinho. No entanto, mencionou que um empresário roraimense está sequestrado pelas Forças Revolucionárias da Colômbia (Farc). “O compadrio entre Chávez e as Farc me preocupa”, disse.

CCJ reativa Subcomissão de Segurança Pública

Tasso Jereissati (PSDB-CE) foi eleito presidente da Subcomissão de Segurança Pública, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A subcomissão deve examinar medidas que contribuam para conter a criminalidade no país. O vice-presidente será o senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE).

Instalada pela primeira vez em 2003, em dois anos, o colegiado aprovou importantes propostas, muitas já em vigor, como o sistema de interrogatórios de réus por videoconferência. A subcomissão também sugeriu a reforma do Código de Processo Penal (CPP).

Ao justificar a reativação do órgão, o presidente da CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO), apontou que o país enfrenta o caos na área da segurança pública. De acordo com o senador, o conflito no Iraque registra cerca de 5 mil mortes anualmente, enquanto no Brasil de 45 a 50 mil pessoas são assinadas todo ano. Para Demostenes, isso se deve ao desmonte do Direito Penal no país. Tasso Jereissati anunciou que proporá um plano de trabalho para a subcomissão que terá como um dos focos propostas para coibir o tráfico de crack.

Intercâmbio de professores de línguas no Mercosul

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul aprovou acordo entre os países do bloco que autoriza a validação de diplomas para professores de português e de espanhol. Com isso, professores brasileiros de português poderão se candidatar a dar aula nos países vizinhos, assim como professores dos países vizinhos poderão disputar vagas para professor de espanhol nas escolas brasileiras. No Brasil, a Lei 11.161/05 determina que as escolas de ensino médio serão obrigadas a oferecer aulas de espanhol a partir de 2010 como matéria optativa.

Para a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), a medida é fundamental para a verdadeira integração dos países.

Aprovado acordo na área da defesa com a Colômbia

O Senado aprovou acordo de cooperação na área da defesa entre o Brasil e a Colômbia. A matéria vai à promulgação.

O acordo dá ênfase às áreas de pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico, de indústria aeronáutica, naval e terrestre.

O Plenário acolheu ainda o texto da Convenção Multilateral Ibero-Americana de Segurança Social, um dos acordos da 27ª Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo de 2007.

A convenção harmoniza as legislações nacionais sobre pensões, para garantir aos trabalhadores migrantes e suas famílias os benefícios recebidos onde estiverem.

Embaixador lamenta falta de obras na fronteira Norte

O Brasil não tem dificuldades em suas relações com os países vizinhos ao Norte, afirmou o embaixador Ênio Cordeiro, subsecretário-geral para a América do Sul, do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Em audiência na Subcomissão Permanente para a Amazônia, da CRE, o diplomata lamentou, no entanto, que projetos simples de integração com esses países, como rodovias e pontes, demorem muito tempo para ser efetivados. As obras podem incrementar o turismo e melhorar a qualidade de vida das populações fronteiriças, disse.

A subcomissão é presidida por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que defendeu a criação de um plano de desenvolvimento para a região.

decisões

Senado aprova subsídio para bens de capital

A medida provisória editada pelo governo visa combater a crise econômica por meio de subvenção aos financiamentos pelo BNDES

O Plenário do Senado aprovou na semana passada o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 15/09, com origem na Medida Provisória (MP) 465/09, que autorizava a concessão de subsídio ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em operações de financiamento para a aquisição e produção de bens de capital e a inovação tecnológica. A Câmara estendeu a subvenção ao setor de aviação civil.

A matéria foi aprovada com duas emendas do senador João Pedro (PT-AM), relator do projeto, e volta ao exame dos deputados.

João Pedro afirmou não ter concluído as negociações com

o governo para incluir, no PLV, reivindicações apresentadas por diversos senadores para a concessão de novas renúncias fiscais para a produção de motocicletas e bicicletas, de aeronaves e de pescados. Em conjunto com o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), disse que essas renúncias serão incluídas em outras MPs a serem oportunamente discutidas. Os líderes da oposição, Arthur Virgílio (PSDB-AM) e José Agripino (DEM-RN), aprovaram o acordo proposto pelo relator e pelo líder do governo.

O objetivo da Medida Provisória 465/09 era minimizar os efeitos da crise financeira internacional sobre a indústria brasileira e o governo justificou

sua urgência alegando que a indústria de bens de capital tem enfrentado dificuldades em função da desaceleração da economia global, com visíveis reflexos nos mercados interno e externo. O setor registrou queda de 23% em sua produção em março último, com relação a fevereiro deste ano. Em dezembro de 2008, segundo o Executivo, quase todos os subsectores apresentaram queda no indicador da produção industrial de bens de capital em relação a dezembro de 2007: bens de capital para fins industriais (-31,5%); para fins industriais seriados (-36,8%); para máquinas agrícolas (-4%), para peças agrícolas (-65,5%); para a construção (-15,8%); e de uso misto (-5%).



Expedito Júnior comemora aprovação da proposta que determina que funcionários de Rondônia passem agora à condição de cedidos ao estado

Servidor de ex-território volta aos quadros da União

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 87-A/03, que transfere para o quadro da União os servidores civis e militares do ex-território federal de Rondônia, concedendo a eles o mesmo tratamento já assegurado aos funcionários dos ex-territórios do Amapá e de Roraima, foi aprovada pelo Plenário na semana passada.

O texto é um substitutivo da Câmara dos Deputados à proposta da senadora Fátima Cleide (PT-RO) e, segundo o relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), esclarece quais servidores públicos do então território serão transferidos para o quadro em extinção da

administração pública federal.

Valdir Raupp afirmou que a aprovação da PEC irá fazer justiça aos servidores públicos do ex-território de Rondônia, ao mesmo tempo em que representará um alívio para os cofres do estado, permitindo que o poder público possa direcionar mais recursos para as necessidades da população.

Ainda de acordo com a proposta, esses servidores continuarão prestando serviços ao estado de Rondônia, na condição de cedidos, até seu aproveitamento em órgão ou entidade da administração federal direta, autárquica ou fundacional.

Novo plano de carreira para militares do DF

O Plenário do Senado aprovou por unanimidade na semana passada projeto que reorganiza a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, estabelecendo critérios para ascensão na carreira. De iniciativa do Poder Executivo, a proposta (PLC 222/09) também cria a Gratificação por Risco de Vida (GRV) para esses servidores, no valor de R\$ 250 mensais em 2009, e sujeita a aumentos programados para elevar o benefício a R\$ 1 mil até 2014. A proposta segue agora para sanção do presidente da República.

Prorrogação de contratos temporários

Medida Provisória (MP) 467/09 que autoriza a prorrogação até 31 de julho de 2010 de 437 contratos de pessoal por tempo determinado, cujos servidores trabalham, principalmente, em projetos de cooperação técnica firmados com organismos internacionais foi aprovada pelo Senado na semana passada. Esses servidores foram contratados, segundo o governo, para atender temporariamente as necessidades de pessoal de ministérios e órgãos públicos. A matéria seguiu para promulgação do Congresso.



Relator João Pedro (D) acompanha discussões em Plenário: outra MP incluirá motos e bicicletas nos incentivos fiscais

Ceará pode tomar US\$ 46 milhões emprestados

O Senado aprovou autorização para que o estado do Ceará contrate empréstimo no valor de US\$ 46 milhões com o Banco Mundial, com garantia da União. Os recursos, que serão liberados entre 2009 e 2013, destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Desenvol-

vimento Econômico Regional do Ceará (Cidades do Ceará - Cariri Central).

O estado entrará, como contrapartida, com recursos da ordem de US\$ 20 milhões. O empréstimo, de acordo com Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), relator da matéria na Co-

missão de Assuntos Econômicos (CAE), onde recebeu parecer favorável na semana passada, é de fundamental importância para o Ceará, pois visa reduzir o desequilíbrio socioeconômico entre a Região Metropolitana de Fortaleza e o interior do estado.

Jucá: receitas vão crescer em R\$ 22,1 bilhões

Em entrevista à Rádio Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), relator na Comissão Mista de Orçamento (CMO) da previsão de receitas para 2010, disse que foram acrescentados ao Orçamento mais R\$ 22,1 bilhões.

Esse dinheiro, informou o parlamentar, virá da cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras sobre investimentos estrangeiros no Brasil; do remanejamento de R\$ 7,3 bilhões das verbas do Programa Minha Casa, Minha Vida; e da transferência para o

Tesouro Nacional de depósitos judiciais hoje em custódia da Caixa Econômica Federal.

De acordo com Jucá, as receitas extras darão condições ao relator-geral de alocar recursos "para fazer frente a despesas que são importantes e viabilizarão a aprovação do Orçamento": o aumento do salário mínimo, a compensação a estados exportadores por perdas decorrentes da desoneração de impostos feita pela Lei Kandir e a comercialização da safra 2009/2010.

Jucá afirmou que as perdas

dos estados com a Lei Kandir serão contempladas com R\$ 3,8 bilhões. Já a equalização de preços para comercialização da safra de 2010 terá mais R\$ 1,5 bilhão.

O relatório de previsão de receitas foi aprovado em reunião da CMO na semana passada.

Segundo reportagem publicada pela Agência Câmara, as receitas passam a somar R\$ 724,5 bilhões. Esse é o montante à disposição da União para gastos obrigatórios, em custeio e investimento.

Tribunal Regional do Trabalho de SP terá mais 30 juizes e 880 servidores

O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 2ª Região, com sede em São Paulo, poderá contar com mais 30 juizes e 880 novos servidores. É o que prevê projeto aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Atualmente, o TRT tem 64 magistrados.

Ao relatar a matéria (PLC 183/09), Romeu Tuma (PTB-SP) afirmou que a estrutura de pessoal do tribunal é insuficiente.

A proposta foi encaminhada ao Congresso pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST). Já aprovado na Câmara dos Deputados, o texto recebeu decisão terminativa na CCJ.

A ampliação do quadro de juizes, segundo o TRT, justificou ainda a criação de novos cargos para dar suporte aos serviços. Dos cargos criados, 600 serão de analistas e 280 de técnicos judiciários.

decisões

Senado aprova incentivo fiscal para quem der apoio a idosos

Presidente da República pode sancionar lei que cria fundo específico e permite dedução das contribuições até o limite de 1% do imposto devido

O Senado aprovou projeto de lei do deputado Beto Albuquerque (PSB-RS) que institui o Fundo Nacional do Idoso e autoriza a dedução, do Imposto de Renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas, das doações feitas aos fundos municipais, estaduais e nacional do idoso. A dedução do total da contribuição somada à dedução relativa às doações para os fundos dos direitos da criança e do adolescente não poderá ultrapassar 1% do imposto devido.

Pelo projeto (PLC 161/08), que vai agora a sanção presidencial, o fundo financiará os programas e as ações relativas ao idoso a fim de garantir os seus direitos sociais e criar condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

Além das contribuições do IR, o fundo receberia recursos do Fundo Nacional de Assistência Social, para aplicação em programas e ações relativas ao idoso, do Orçamento da União e de governos e organismos estrangeiros e internacionais.

Beto Albuquerque explicou que, por causa do incentivo fiscal, muitas das pessoas que antes ajudavam as instituições de apoio ao idoso passaram a contribuir apenas com os fundos dos direitos da criança e do adolescente.

O relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Aloizio Mercadante (PT-SP), citou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicando que há no Brasil 18,6 milhões de idosos (9,72% da população). Em 2030, serão 18,7%.



Gerson Camata (D, ao lado de Gilberto Goellner) reuniu em um mesmo texto sete projetos de mudanças da legislação do Imposto de Renda

Pacote de novas deduções do Imposto de Renda passa na CE

Os gastos com despesas educacionais de crianças e adolescentes inscritos no programa Bolsa Família poderão ser deduzidos do Imposto de Renda (IR) devido, prevê projeto aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O texto (PLS 423/03), do senador Gerson Camata (PMDB-ES), englobou sete projetos de mudanças na legislação do IR. Duas delas tinham o objetivo de ampliar o acesso ao ensino dos estudantes de baixa renda, por intermédio do apoio de pessoas físicas.

Essa renúncia, conforme cálculos citados por ele, chegaria a quase R\$ 1 bilhão por ano. A legislação atual já permite esse tipo de dedução, condicionada,

no entanto, à guarda judicial do menor. O projeto elimina a exigência.

O texto de Camata permite ainda a dedução de despesas com condomínio pagas por pessoas idosas e relativas aos imóveis em que vivem. Também poderão ser deduzidas despesas com os impostos sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU), sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e sobre Serviços (ISS), além do pagamento de prestação de financiamento de imóvel que seja o único do contribuinte e cujo valor não ultrapasse R\$ 150 mil. Por fim, o substitutivo permite a dedução de doações a entidades civis sem fins lucrativos.



Lúcia Vânia (D) é a autora da emenda constitucional, que ainda precisa ser aprovada na Câmara dos Deputados

PEC cria indicadores de responsabilidade social

O Plenário aprovou a inclusão na Constituição da fixação de metas para a melhoria dos indicadores sociais e de mecanismos para cobrança de seu cumprimento pelas autoridades públicas. As medidas constam da proposta de emenda à Constituição (PEC 29/03) da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) que agora será enviada para análise dos deputados.

O relator da proposta na

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Tasso Jereissati (PSDB-CE), disse que a PEC é o passo inicial para que venha a ser criada na área social uma norma com os mesmos efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal. A futura Lei de Responsabilidade Social, argumentaram os senadores, deverá ser capaz de instituir índices com abrangência federal, estadual e municipal.

Jereissati também destacou que, “ao lado da investigação do adequado cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, é preciso avançar muito na busca da eficácia da gestão do dinheiro público, estabelecendo metas para a superação das desigualdades econômicas e sociais e para a melhoria das condições de vida das pessoas, especialmente as de menor poder aquisitivo”.

Novas regras para aluguéis podem dinamizar mercado

As regras e os procedimentos para locação de imóveis urbanos poderão ser modificados a partir da aprovação pela CCJ, em caráter terminativo, de projeto do deputado José Carlos Araújo (PR-BA) que altera a Lei do Inquilinato (Lei 8.245/91). Caso não haja recurso para que o Plenário da Casa examine a proposta, a matéria irá à sanção

do presidente da República, transformando-se em lei.

A relatora do PLC 140/09, Ideli Salvatti (PT-SC), reconheceu a necessidade de atualizar a legislação, de 18 anos, destacando a maior segurança jurídica para aqueles que dispõem de imóveis para alugar, com a agilização dos processos de retomada de imóvel quando o pagamento

não é efetuado, o que hoje leva em média 14 meses, informou a relatora. Ao mesmo tempo, assinalou Ideli, o PLC 140/09 garante o amplo direito de defesa ao locatário.

As mudanças, para a relatora, poderão contribuir para a redução do déficit habitacional no país, calculado em 8 milhões de moradias.

Contratos de locação

Entre as alterações na Lei do Inquilinato aprovadas pela CCJ, está a possibilidade de o locador exigir nova empresa fiadora se a atual estiver em crise financeira

Retomada do imóvel. Assim que julgada procedente a ação, o juiz determinará a expedição do mandado de despejo, do qual constará o prazo de 30 dias (já previsto na legislação) para a desocupação voluntária.

Separação conjugal. Nos casos de dissolução do vínculo conjugal ou da união estável, o prosseguimento da locação pelo cônjuge ou companheiro que permanecer no imóvel aplica-se somente a locações residenciais e não mais a qualquer tipo de aluguel.

Morte do locatário. Nos casos de dissolução familiar ou de morte do locatário, o fiador poderá exonerar-se de suas responsabilidades no prazo de 30 dias após a comunicação feita pelo novo responsável pelo aluguel. Os efeitos da fiança, porém, permanecerão durante 120 dias após notificação da parte do locador.

Fiança. Para dar maior garantia ao locador e exonerar a empresa fiadora que passa por crise financeira, será assegurado ao locador o direito de exigir novo fiador caso este último ingresse no regime de recuperação judicial. O locador também poderá exigir a substituição da garantia em caso de prorrogação da locação por prazo indeterminado e se o fiador notificar a intenção de desonerar-se de sua responsabilidade.

Cessão da locação. Outra modificação visa reforçar entendimento, já tradicional do direito brasileiro, de que inclusive a cessão da locação de caráter não residencial somente é lícita quando autorizada pelo locador.

INSS abrirá mais 600 agências de atendimento ao segurado

O Congresso Nacional aprovou crédito suplementar de R\$ 921,5 milhões no Orçamento da União, dos quais quase R\$ 628 milhões vão para o Ministério da Previdência Social, com o objetivo de financiar a criação de 600 novas agências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em municípios com mais de 25 mil habitantes. No Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o crédito de R\$ 293,5 milhões deverá garantir a continuidade de ações sociais e de proteção a crianças e adolescentes, especificamente as que se encontram em situação de trabalho e as vítimas de violência, abuso e exploração sexual. O reforço de verbas permitirá ainda a execução em áreas carentes de serviços como construção de cisternas e estruturação de arranjos produtivos. Para áreas urbanas, estão previstos recursos para a instalação de restaurantes e cozinhas populares.

CARGOS NA ANS

O Plenário aprovou a indicação pelo Executivo de Maurício Ceschin e Leandro Reis Tavares para o cargo de diretores da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Os indicados foram sabatinados pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e aprovados pelo Plenário na semana passada.

NOVAS CARREIRAS PÚBLICAS

Foi aprovado projeto do Executivo (PLC 130/08) que cria a carreira de desenvolvimento de políticas sociais, cargos na Superintendência de Seguros Privados (Susep) e que transforma funções na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Aprovada sem emendas, a matéria vai à sanção presidencial.

DIA DO CERIMONIALISTA

O PLC 203/08, que institui o Dia Nacional do Cerimonialista, em 29 de outubro, foi aprovado sem alterações pelo Plenário do Senado e também vai à sanção presidencial. A proposta foi apresentada pelo deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP) e relatada pelo senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

debates

Investimento na infância pode prevenir a violência

Durante a 2ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, no Senado, especialistas destacam importância das brincadeiras

Com o tema "O brincar na construção da paz", o Senado promoveu a 2ª Semana de Valorização da Primeira Infância.

A coordenadora do Programa de Sobrevivência e Desenvolvimento Infantil da Unicef, Cristina Albuquerque, e a adida de Cooperação da embaixada da França, Marina Felli, participaram da abertura do evento, cujo objetivo é conscientizar poder público e sociedade para a importância do cuidado primordial nos primeiros anos de vida.

Pedro Simon (PMDB-RS), autor da lei que instituiu a semana, referiu-se à crise financeira mun-

dial de 2008 para lembrar que os governos gastaram trilhões de dólares para salvar bancos, despendendo fortunas na máquina de guerra. "Isso tudo enquanto a gente vê que um investimento infinitamente menor que esse resolveria o problema da fome e da miséria", disse.

Para José Nery (PSOL-PA), é fundamental que o governo brasileiro veja a primeira infância como prioridade absoluta, a fim de proteger as crianças contra a violência e tirar 2,5 milhões delas do trabalho infantil.

Já Marisa Serrano (PSDB-MS), observando que crianças de classe média alta com 4 e 5 anos já

estão na escola, questionou por que há tanta dificuldade orçamentária para se fazer o mesmo pelas crianças de baixa renda.

Paulo Paim (PT-RS) afirmou que "é na primeira infância que os preconceitos são moldados", e por isso é urgente o Brasil investir mais na educação nos primeiros anos de vida.

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) apontou para a necessidade de o Estado atender à primeira infância com políticas públicas, e ressaltou a importância das atividades de livre brincar não somente para o aprendizado, mas também como incentivo para a cultura da paz.

Experiências mostram resultados de atenção

Em audiência pública realizada pelas comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Assuntos Sociais (CAS) como parte dos eventos da 2ª Semana de Valorização da Primeira Infância, foram apresentados trabalhos realizados junto a bebês, crianças e jovens gestantes, e a atuação de uma entidade que se dedica a valorizar as brincadeiras. O diretor do Centro de Excelência para o Desenvolvimento da Primeira Infância da Universidade de Montreal (Canadá), Richard Tremblay, citou cálculos que indicam que a cada dólar investido no acompanhamento de crianças em situação de risco são economizados US\$ 7, com vantagens para os sistemas judicial e penitenciário. A presidente da Associação Brasileira pelo Direito de Brincar, Marilena Flores Martins, e o presidente da Associação Mundial da Saúde Mental Infantil, Antoine Guedeney, também apresentaram o resultado do trabalho de suas instituições.

Em 2010, debates podem ocorrer em todo o país

A 3ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, a ser promovida em 2010, poderá ser precedida de seminários nas cinco regiões do país, por sugestão de José Nery, que recebeu o apoio da presidente da CAS, Rosalba Ciarlini.

– A criança tem de ser prioridade em todas as esferas das instituições públicas e privadas. A única forma de construirmos uma sociedade assentada nos princípios da paz e da não-violência é tratar a criança com carinho, respeito, atenção, para prevenir e educar – alertou Nery, qualificando de "tentativas de criminalizar as vítimas" as propostas de redução da maioridade penal.

Rosalba disse que "mais de 14 milhões de crianças estão sem direito à escola", e que as crianças precisam estar alimentadas e com saúde para poderem brincar.

– O Brasil tem dinheiro para emprestar ao FMI [Fundo Monetário Internacional], mas não tem dinheiro para uma creche? – questionou.



Médicos e odontólogos devem pressionar deputados a votarem projeto do Senado que cria piso salarial de R\$ 7 mil para a categoria, afirma senador

Mão Santa protesta contra baixos salários dos médicos

Mão Santa (PSC-PI) protestou contra os baixos salários dos médicos, sobretudo quando se aposentam. Segundo ele, há um projeto em tramitação na Câmara criando um piso salarial de R\$ 7 mil para a categoria, mas, por enquanto, o piso é de três salários mínimos, ou seja, R\$ 1.245 mensais.

O senador disse que os médicos e odontólogos devem pres-

sionar os deputados para aprovar o PLS 140/09, que já passou no Senado. Segundo Mão Santa, que foi relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), "muitas vezes propostas aprovadas no Senado dormem e até são sepultadas na Câmara, sem votação".

Para o senador, o "descaso" com os médicos e o setor da saúde não é novo, mas foi agravado no atual governo.

Rosalba cobra mais investimentos na educação

Ao comentar a aprovação, pelo Senado, da proposta que reduz o percentual da Desvinculação das Receitas da União (DRU) incidente sobre recursos da educação, Rosalba Ciarlini (DEM-RN) cobrou do governo mais investimentos no setor. Com o fim da DRU para a educação, disse a senadora, o Ministério da Educação passará a contar anualmente com cerca de R\$ 9 bilhões a mais em seu orçamento.

Serys quer melhor organização do turismo no Brasil

Serys Shlessarenko (PT-MT) defendeu o fortalecimento do turismo brasileiro como forma de o país ter uma nova fonte de recursos permanente e limpa. Mas para que isso ocorra, observou a senadora, é necessário que o governo organize melhor o setor e passe a mostrar ao mundo o que o Brasil tem de melhor. Serys lembrou que o turismo forte depende de obras em infraestrutura.

Zambiasi relata drama do pai que entregou filho viciado à polícia

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) leu em Plenário carta do produtor cultural Luiz Fernando Prôa, pai do jovem viciado em drogas que assassinou a namorada no Rio de Janeiro. Ele considerou importante divulgar a carta a fim de que a população se conscientize da gravidade do consumo das drogas legais e ilegais.

Zambiasi disse que o caso ganhou repercussão pelo fato de o pai ter entregado o próprio filho, Bruno de Melo, de 26 anos, à polícia. Na carta, Zambiasi diz que existe um alarmante relato do drama vivido pela família há seis anos, desde que o filho se viciou em álcool, uma droga legal, até chegar ao crack.



O Senado Federal recebeu, na sexta-feira, alunos de 6 a 11 anos de escolas públicas do Distrito Federal. Na terceira edição do projeto "Construindo um jovem cidadão", coordenado pela Secretaria de Relações Públicas, 120 crianças pela manhã e 140 à tarde participaram de atividades lúdicas – oficinas de malabarismo, perna de pau, balomania e pintura de rosto – e fizeram um tour pelo Congresso.

A iniciativa faz parte das comemorações do mês do Dia das Crianças e busca mostrar a importância da cidadania e da política. Os alunos puderam conhecer um pouco da história do Senado e do Brasil e viram o processo de impressão em braile, na Gráfica do Senado.

No Dia da Bandeira, 19 de novembro, a Secretaria de Relações Públicas também realizará uma programação especial para receber crianças de escolas do DF.

CEM ANOS DO DNOCS

Primeiro órgão federal específico para o semiárido, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) recebeu homenagens no Plenário do Senado pelo seu centenário de fundação. Na sessão, foram ressaltados por vários senadores o pioneirismo da instituição e a necessidade de sua revitalização. Inácio Arruda (PCdoB-CE), autor do pedido para a homenagem, lembrou que o embrião do Dnocs surgiu ainda com dom Pedro II, em 1909, como Inspetoria de Obras Contra as Secas.

GILBERTO MESTRINHO

O Senado homenageou a memória do ex-senador e ex-governador do Amazonas Gilberto Mestrinho. Nascido em Manaus, em 1928, ele faleceu em 19 de junho último. Solicitada pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), a sessão reuniu senadores de vários partidos, todos enaltecendo a coragem cívica e pessoal do homenageado e sua dedicação ao Amazonas e ao povo de seu estado. Quatro dos nove filhos de Mestrinho, entre outros familiares, políticos do seu estado natal e amigos compareceram à sessão.

institucional

Projeto de reforma já pode receber emendas

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou na última sexta-feira que o projeto de reforma administrativa da Casa, entregue a cada um dos senadores, poderá receber sugestões e ser executado no início do próximo ano.

– Agora nós vamos aguardar que cada um apresente suas emendas já na forma definitiva para que a gente possa compatibilizar num projeto e apresentar ao Plenário para que ele seja votado. Espero que até o fim do ano ele esteja pronto e que, a partir de 1º de janeiro, nós já comecemos a implantar a reforma dentro do Senado – declarou.

Sobre exceção contida no projeto que permite aos funcionários do Senado ganharem mais que o teto permitido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), Sarney disse que desconhece tal informação.

– Não vi esse detalhe. Não tive tempo ainda. Vamos passar o pente fino na reforma. Isso é uma coisa que fere a Constituição e não pode figurar no projeto. Isso foi alguma introdução de última hora que deve ter sido feita com certo visor corporativista. Não vai vingar. A reforma é para enxugar, não para aumentarmos despesa.



JONAS PEREIRA

Sarney disse esperar que projeto receba emendas dos senadores e seja votado até o fim do ano para que, a partir do início de 2010, a reforma seja implantada

Reestruturação prevê economia de R\$ 31 milhões anuais

O Projeto de Reestruturação Administrativa do Senado Federal prevê uma economia anual de R\$ 31,29 milhões com o corte das funções comissionadas pagas aos servidores da instituição. Encaminhado à Mesa pelo Conselho Administrativo da Casa, o projeto foi

elaborado a partir da proposta de reforma administrativa feita pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que recebeu sugestões de uma comissão de servidores.

Conforme o 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI), os parlamentares terão 15 dias para

analisar o texto do projeto antes que ele seja colocado em votação no Plenário. A proposta já está disponível no Portal da Transparência do Senado no endereço: <http://www.senado.gov.br/sf/portalttransparencia/ProjetoReestrutacaoAdministrativa/pdf/ProjReestrutAdm.pdf>

A redução de gastos com pessoal

Corte drástico no número de funções pode levar à economia mensal de R\$ 2,4 milhões

Atual denominação	Denominação proposta	Valor da FC	Atual		Proposta FGV		Diferença
			Nº funções	Valor total	Nº funções	Valor total	
FC-10	FC-5	2.476,81	2	4.953,62	2	4.953,62	—
FC-9	FC-4	2.229,13	43	95.852,59	9	20.062,17	75.790,42
FC-8	FC-3	2.064,01	237	489.170,37	72	148.608,72	340.561,65
FC-7	FC-2	1.847,61	623	1.157.291,03	82	152.324,02	1.004.967,01
FC-6	FC-1	1.651,21	868	1.433.250,28	271	447.477,91	985.772,37
Total			1.773	3.180.517,89	436	773.426,44	2.407.091,45

Fonte: Projeto de Reestruturação Administrativa do Senado Federal

Senado deixará de gastar R\$ 110 mi em 2009, afirma diretor-geral

Em audiência pública na Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, o diretor-geral do Senado, Haroldo Tajra, disse que a instituição, em vez de pedir suplementação orçamentária, como nos anos anteriores, deixará de gastar R\$ 110 milhões do orçamento previsto para este ano. Segundo o diretor, o Senado recebeu R\$ 233 milhões de suplementação orçamentária no ano passado e R\$ 117 milhões no anterior.

O objetivo da audiência era conhecer as medidas já adota-

das pelo Senado para solucionar os problemas administrativos e de gestão evidenciados no ano de 2009. O diretor-geral, no cargo desde junho deste ano, frisou a economia obtida na renegociação de apenas dois dos 34 contratos de terceirização, que chegou a R\$ 9,3 milhões.

Tajra também ressaltou a economia com o pagamento de horas-extras, obtida a partir do registro eletrônico das horas efetivamente cumpridas. O valor pago, disse ele, caiu de R\$ 8 milhões para R\$ 6 milhões por mês.

RECADASTRAMENTO

O 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI), assinou portaria que suspende o pagamento dos servidores que “sequer iniciaram seu recadastramento” e convoca todos os servidores que ainda não o finalizaram, para que o façam, “sob pena de configuração de falta funcional e abertura de procedimento disciplinar”. Para os servidores que apenas iniciaram o recadastramento, a portaria dá prazo de cinco dias úteis para que finalizem o processo.

DEMISSÃO

A demissão do ex-diretor de Recursos Humanos do Senado João Carlos Zoghbi é sumária e, se ele quiser recorrer, deverá fazer isso no âmbito da Justiça, afirmou o 1º vice-presidente do Senado, Marconi Perillo (PSDB-GO). Ele disse esperar informações da Comissão de Sindicância também sobre o ex-diretor-geral da Casa Agaciel Maia. O senador informou ainda que está conduzindo um estudo para a reestruturação do Sistema Integrado de Saúde (SIS), que atende os servidores do Senado.

presidência

IGUALDADE RACIAL

Ao receber representantes do Movimento Negro Nacional do PMDB, o presidente do Senado, José Sarney, prometeu que colocará em votação o mais rápido possível o projeto que cria o Estatuto da Igualdade Racial. Na Câmara, a proposta (PLS 213/03) de Paulo Paim (PT-SP) foi votada no dia 15 de outubro por uma comissão especial, mediante a mobilização de 60 deputados. Um dos dirigentes do movimento do PMDB, Ernesto Luiz Pereira Filho disse estar “certo de que o Senado aprovará a matéria antes do fim do ano”. A intenção dos defensores do projeto é que ele seja sancionado em 20 de novembro – Dia da Consciência Negra.

FUNDAÇÃO JOSÉ SARNEY

A notícia de que será extinta a Fundação José Sarney, situada no Convento das Mercês, em São Luís, foi confirmada pelo presidente do Senado em nota à imprensa. “Lamento pelo Maranhão, que perde um centro de documentação e pesquisa que é referência nacional”, disse Sarney, ao reconhecer “com profundo sofrimento” que a instituição não dispõe de meios para funcionar. Segundo o site da fundação, a entidade abriga acervos museológico, bibliográfico, textual e audiovisual sobre a transição democrática, com documentos classificados a partir de 1985, quando da posse de Sarney na Presidência da República. O convento é uma construção do século 18 que sediou a ordem religiosa dos Mercedários.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Shlessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4ª Secretária: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: Haroldo Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e da Secretaria Jornal do Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL



Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria e Suelly Bastos
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil
Diagramação: Bruno Bazílio, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella, Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 61 3303-3333 e 0800 61-2211 - Fax: 61 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo 1 do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

programação

TV Senado homenageia Augusto dos Anjos

Programa *Eu, Estranho Personagem* registra 95 anos da morte do poeta que deixou apenas um livro publicado

Na passagem dos 95 anos da morte do poeta Augusto dos Anjos – 12 de novembro de 1914 –, a TV Senado exibe o documentário *Eu, Estranho Personagem*, dentro da série Tela Brasil. Com roteiro e direção do jornalista Deraldo Goulart, o programa registra fatos da vida e da obra do poeta que morreu de pneumonia aos 30 anos de idade e deixou uma única obra editada – *Eu*. Pela singularidade de seus poemas, que transitam entre a morbidez e a cientificidade, Augusto dos Anjos possui muitos admiradores e estudiosos.

O programa *Eu, Estranho Personagem* estreia na TV Senado às 15h30 do sábado e será reprisado no domingo, às 21h. Depoimentos, fotos, cartas, poemas e informações inéditas compõem o docu-

mentário, que mostra a trajetória do “poeta da morte”. Paraibano de Engenho Pau d’Arco, hoje Sepé, o poeta morreu em Leopoldina (MG), onde dizia ter encontrado o “nirvana”.

O livro *Eu*, que teve uma impressão de mil exemplares paga pelo autor e um de seus irmãos, em 1912, foi ampliado para *Eu e outras poesias* em 1920, por iniciativa de Órris Soares, amigo pessoal do poeta. A obra reúne outros poemas escritos por Augusto dos Anjos nos dois anos antes de sua morte. Com personalidade inquieta e aversão à própria vida, Augusto, após sair da Paraíba, perambulou durante dois anos pelo Rio de Janeiro, morando em 12 lugares e passando fome com a família.

Eu e outras poesias provoca ainda todo



Augusto dos Anjos morreu aos 30 anos de idade de pneumonia e é considerado o “poeta da morte”

tipo de reação no leitor. O poeta Carlos Drummond de Andrade, por exemplo, quando conheceu a obra, comparou o impacto do livro a um soco na cara.

Tela Brasil

TV Senado
7/11, sábado, às 15h30
8/11, domingo, às 21

Comissão do Senado discute Confecom

Brasília vai sediar a Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), de 14 a 17 de dezembro próximo, que vai debater o tema “Comunicação: meios para a construção de direitos e de cidadania na era digital”. O assunto foi discutido em audiência pública da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado. Um dos participantes, Marcelo Bechara, consultor jurídico do Ministério das Comunicações e presidente da comissão organizadora da Confecom, afirmou que do encontro devem surgir

propostas que serão encaminhadas para o Congresso, como a atualização de normas que regulam o setor de comunicação. O programa *Estação da Mídia*, da Rádio Senado FM, informa quem vai participar da conferência e como será o processo de escolha das propostas do encontro.

Estação da Mídia

Senado FM
3/11, terça-feira, às 7h30
Internet: 3/11, terça-feira

Emissora estreia sinal aberto em Cuiabá

A TV Senado já pode ser acompanhada em sinal aberto em Cuiabá. A retransmissão tem caráter experimental e faz parte do projeto de levar a emissora para todas as capitais brasileiras. Essa é a oitava capital a receber o sinal aberto da TV Senado.

A programação pode ser acompanhada em UHF em Fortaleza, Manaus, João Pessoa, Recife, Salvador, Natal e Rio de Janeiro.

O sinal analógico pode ser captado em Cuiabá pelo canal 56.

Um balanço sobre a acessibilidade no Brasil

Nos últimos dias, o Metrô de São Paulo adotou medidas para facilitar o acesso de pessoas com dificuldades de locomoção. E Brasília recebeu 350 novos ônibus adaptados para pessoas portadoras de deficiência. São avanços na área da acessibilidade, um tema considerado prioritário pelo Senado.

Quais as dificuldades que as pessoas com deficiência ainda enfrentam para se locomover nas grandes cidades brasileiras? O que já foi feito nos últimos anos para facilitar a acessibilidade?

Esse é o assunto do programa *Entrevista Especial*, da Rádio Senado.

Entrevista Especial

Senado FM e OC
2/11, segunda-feira, às 12h

Maria da Penha aconselha mulheres

A farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes é a entrevistada do próximo *Fique por Dentro da Lei*, da Rádio Senado. Ela emprestou o nome à Lei 11.340, de 2006, que prevê punições mais rígidas para agressores de mulheres.

O programa atende uma ouvinte do Pará, que denunciou violência contra a mulher nos municípios de Ourilândia, Tucumã e São Félix do Xingu.

Maria da Penha, que também foi vítima da violência, aconselha as mulheres a denunciar as agressões, por meio do número 180 da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República.

Fique por Dentro da Lei

Senado FM
2/11, segunda-feira, às 10h
Ondas Curtas
3/11, terça-feira, às 8h

SÁBADO

1h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia e Inclusão
3h30 - Cidadania
4h - Alô Senado
4h15 - Argumento
4h30 - De Coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania
6h30 - EcoSenado
6h45 - Argumento
7h - TV Brasil Internacional
8h - De Coração
8h30 - Cidadania
9h - Alô Senado
9h15 - EcoSenado
9h30 - Leituras
10h - Conversa de Música
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia e Inclusão
12h30 - Encontros
13h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
13h30 - Cidadania
14h - EcoSenado
14h15 - Alô Senado
14h30 - Espaço Cultural
15h30 - Tela Brasil/Salão Nobre
16h30 - Agenda Econômica
17h30 - Encontros
18h00 - Conversa de Música
19h00 - Cidadania
19h30 - Leituras
20h - Alô Senado
20h15 - Ecosenado
20h30 - Especial
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Agenda Econômica
22h30 - Diplomacia e Inclusão
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania
1h30 - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
2h - Alô Senado
2h15 - EcoSenado
2h30 - Agenda Econômica
3h30 - Cidadania
4h - Leituras
4h30 - De Coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania
6h30 - Alô Senado
6h45 - Argumento
7h - TV Brasil Internacional
7h30 - Cidadania
8h - Leituras
8h30 - De Coração
9h - Diplomacia e Inclusão
10h - Conversa de Música
11h - Alô Senado
11h15 - EcoSenado
11h30 - Agenda Econômica
12h30 - Encontros
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania
14h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
14h30 - Espaço Cultural
15h30 - Especial
16h30 - Encontros
17h - Diplomacia e Inclusão
18h - Conversa de Música
19h - Cidadania
19h30 - Alô Senado
19h45 - EcoSenado
20h - Especial
20h30 - Leituras
21h - Tela Brasil/Salão Nobre
22h - Agenda Econômica
23h - Parlamento Brasil
23h30 - De Coração
24h - Conversa de Música

SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação
22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação
DOMINGO
6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: (40), Manaus (57), Natal (52), Recife (55), Rio de Janeiro (49 e 64) e Salvador (53).
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Teccat (17).
UHF: Brasília (canais 36 e 51), Fortaleza (43), João Pessoa

Polarização: horizontal
Frequência: 4.130 MHz
Sistema digital:
Satélite: B1
Transponder: 1 Banda Estendida
Polarização: vertical
Frequência: 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L):

1.505,75 MHz
Antena: 3,6 m
PID - Vídeo: 1110
Áudio: 1211
PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB
Symbol Rate: 3,2143Ms/s
FEC: 3/4

Como sintonizar

FM
Brasília (DF) e regiões vizinhas - 91,7 MHz
Natal (RN) - 106,9 MHz (caráter experimental)
ONDAS CURTAS
Frequência de 5.990 kHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET
No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio dos programas *Real Player* ou *Windows Media Player*
ANTENA PARABÓLICA
Satélite Brasilsat B1; receptor na frequência de 4.130 MHz; polarização horizontal; transponder: 11 A2

voz do leitor

Olimpíadas

"No dia 2 de outubro, choramos de alegria ao assistir, pela televisão, o Brasil ser aprovado para sediar as Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro. Mas com certeza vamos chorar ainda mais se o governo e seus aliados começarem a alegar que os gastos que terão para sediar as Olimpíadas afetarão as propostas de reajuste e recuperação da renda dos aposentados e pensionistas."

Mario Antonio de Almeida, de Araçatuba (SP)

Aposentados

"O Senado está de parabéns. Apesar dos problemas que enfrentou, vamos respeitá-lo e apoiá-lo para sair da crise. Todos os projetos do senador Paulo Paim para recuperar a dignidade dos aposentados e pensionistas do INSS foram aprovados, numa mostra de liberdade de ação, coerência e responsabilidade."

Glauco Botelho, de Ipatinga (MG)

Educação

"A educação é o principal instrumento para tirar um país do atraso. Os governantes deveriam demonstrar mais interesse pela educação e valorizar principalmente seus profissionais. Sugiro a adoção de medidas como pagar o piso salarial nacional, capacitar os professores com as novas tecnologias pedagógicas do saber, selecionar profissionais comprometidos com a tarefa de fazer a diferença na educação e formar cidadãos críticos, capazes de saber que o Brasil é nossa pátria e que devemos cuidar dela."

Flávio de Jesus Lima, de Coração de Jesus (MG)

Especial Cidadania

"Parabenizo o **Jornal do Senado** pelas notícias de extrema relevância, principalmente o *Especial Cidadania*, com a publicação da matéria 'Não deixe de pedir a nota fiscal'."

José Joaquim da Silva, de Belo Horizonte (MG)

Honduras

"Gostaria de expressar minha indignação com o apoio do Brasil ao ex-presidente Manuel Zelaya, que foi deposto legalmente com a finalidade de se manter o regime democrático em Honduras. É inadmissível que a embaixada do Brasil se torne um quartel-general para esse golpista. É inadmissível, ainda, essa intromissão do governo brasileiro nas questões internas de outros países da América Latina. O que o Supremo Tribunal de Honduras fez é um exemplo a ser seguido pelos demais para a preservação das democracias."

Giovanna da Silveira Ramos, de Aimorés (MG)

Transfusão

"A falta de sangue para transfusão em hospitais públicos é um problema de nível nacional. Sugiro mais incentivos aos doadores, como isenção – ou redução – de taxas de concursos públicos e doações aos sábados, pois muitos não doam por falta de tempo."

Anderson Gibathe, de Rebouças (PR)

Braile

"Parabenizo o **Jornal do Senado** pela iniciativa do jornal em braile, colocando as pessoas com deficiência visual mais próximas dos acontecimentos políticos. Este veículo foi uma conquista para essa vitória."

Márcia de Oliveira Freitas, de Santo André (SP)

Projetos

"Solicito que sejam sempre publicados no **Jornal do Senado** os projetos de lei que ainda não foram votados."

Reginaldo Zucoloto, de Venda Nova do Imigrante (ES)

NR: Reginaldo, infelizmente não é possível atender sua solicitação. O número de projetos não examinados é tal que inviabilizaria a publicação do jornal. Mas no próprio portal do Senado é possível ter acesso a todos eles: www.senado.gov.br.

frases



Se existe preocupação com a evolução democrática ou dos direitos humanos na Venezuela, a forma para equacioná-la é inseri-la nos mecanismos de defesa da democracia existentes no Mercosul, em vez de isolá-la

Romero Jucá, líder do governo, no debate sobre a entrada da Venezuela no Mercosul.



MOREIRA MARIZ

O que está acontecendo em relação ao governo atual da Venezuela é que estão tomando medidas que atingem a cláusula democrática

José Sarney, que, apesar de fazer restrições ao governo atual, diz que "a Venezuela será sempre bem-vinda ao Mercosul".

Pesquisa feita pelo Instituto João Pinheiro, do estado de São Paulo, aponta que hoje há 6,5 milhões de imóveis alugados e 96% dos proprietários desses imóveis não são pessoas riquíssimas. Não! (...) É quase uma previdência complementar.

Ideli Salvatti, sobre uma das razões por que propôs agilizar o despejo de inquilinos maus pagadores.

Ninguém está ameaçando o Brasil, o Brasil está deitado em berço esplêndido, tranquilo. Agora, os brasileiros estão ameaçados, estão sendo sequestrados, roubados, assaltados, assassinados a todo o momento. Quem precisa de defesa não é o Brasil, somos nós, brasileiros, que estamos tendo de cercar nossas casas como se prisões fossem, enquanto os bandidos estão soltos na rua

Gerson Camata, pedindo mais ações contra o crime organizado.

O jovem, ao mesmo tempo em que é a maior vítima, é também o que mais comete o crime e não temos políticas públicas eficientes

Raimundo Colombo, ao defender políticas de proteção ao jovem.



GERALDO MAGELA

Recursos utilizados na educação e na saúde não são gastos, mas sim investimentos

Rosalba Ciarlini, em defesa da extinção da Desvinculação de Receitas da União (DRU) sobre os recursos para a educação.



Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Senado Federal, edifício Anexo I, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

pergunte ao senador

"A mata ciliar de vários rios na divisa entre o Maranhão e o Piauí está sendo devastada. Por que as pessoas não são punidas de acordo com o Código Florestal?"

Antônio Francisco Silva, de Pio XII (MA)

Punição para crime ambiental

A senadora **Marina Silva (PV-AC)** responde:

Primeiro a legislação tem de ser cumprida em todo o país. O Código Florestal estabelece uma série de normas para a área de preservação permanente, a reserva legal.

Infelizmente, há um movimento no Congresso Nacional para modificar a legislação que faz essa proteção.

No estado de Santa Catarina, de forma inconstitucional, já foi alterada. Agora, nos lugares em que a lei não é cumprida, qualquer pessoa pode

fazer uma denúncia, e, se não for cumprida pelos órgãos ambientais, o Ministério Público precisa ser acionado.

Você, por exemplo, pode denunciar, até mesmo de maneira bem simplificada junto aos órgãos ambientais – estadual ou federal –, mas também junto ao Ministério Público.



Com informações da TV Senado

Propaganda eleitoral tem novas regras

Aminirreforma eleitoral (Lei 12.034/09) modificou as normas para as eleições (Lei 9.504/97). O que pode ou não ser feito por eleitores, militantes, partidos políticos e candidatos está previsto de forma detalhada. Entre outras determinações, a nova lei estabelece o Tribunal Superior Eleitoral, os tribunais regionais eleitorais e os juízos eleitorais como foros para apresentação de provas contra

candidatos que descumprirem as regras. Segundo o consultor legislativo do Senado Arlindo Fernandes de Oliveira, essas representações à Justiça Eleitoral devem ser acompanhadas de fotos ou gravações.

Outra mudança foi a que limitou a 4 metros quadrados as faixas, placas, cartazes, pinturas ou inscrições em bens de uso particular e ainda definiu multa de R\$ 2 mil a R\$ 8 mil aos que infringirem

essa norma. Anteriormente, a multa só era aplicada a quem fazia propaganda em bens públicos. Também ficou expresso em lei que árvores e jardins localizados em áreas públicas, além de muros, cercas e tapumes, não são locais em que pode ser afixada propaganda eleitoral, situação ainda corriqueira nas eleições de 2008.

Para o senador Renato Casagrande (PSB-ES), a nova lei disciplina de ma-

neira eficaz a propaganda eleitoral:

– Antes era possível fazer muita coisa, a cidade ficava feia, mas isso é coisa do passado. A tendência agora é disciplinar e limitar a propaganda eleitoral, adotando rigor na aplicação das penalidades.

Na próxima edição, o *Especial Cidadania* trará outras novidades da Lei 12.034/09, como as regras para a propaganda eleitoral na internet, o voto em trânsito e a impressão do voto.

Rigor aumenta para preservar cidades

REGRAS GERAIS

- » O período em que a propaganda é permitida começa no dia **5 de julho do ano da eleição**. Já a propaganda paga em rádio e televisão não é permitida no segundo semestre do ano eleitoral.
- » A multa por descumprimento desses prazos é de R\$ 5 mil a R\$ 25 mil ou o equivalente ao custo da propaganda, prevalecendo o que for maior.

VICE E SUPLENTES

- » Na propaganda para cargo majoritário (presidente, governador, prefeito e senador), **deve constar o nome** do candidato a vice ou suplente de senador em tamanho mínimo de 10% do nome do titular.

DENTRO DA LEI

- » Não será considerada propaganda eleitoral antecipada:
 - * a participação em entrevistas, programas ou debates em rádio, televisão e internet, desde que não haja pedido de votos e que as emissoras garantam tratamento isonômico;
 - * seminários ou congressos partidários, em ambiente fechado, para tratar da organização dos processos eleitorais, planos de governos ou alianças;
 - * prévias partidárias e sua divulgação pelos instrumentos de comunicação dos partidos; ou
 - * a divulgação de atos de parlamentares e debates legislativos, desde que a possível candidatura não seja mencionada nem haja pedido de votos ou de apoio eleitoral.

O MATERIAL DE PROPAGANDA

- » A propaganda **em bens particulares** não necessita de obtenção de licença municipal ou de autorização da Justiça Eleitoral. Isso inclui a fixação de faixas, placas, cartazes, pinturas ou inscrições, desde que não excedam a **4 metros quadrados**. É proibido qualquer tipo de pagamento em troca de espaço para essa finalidade. Em caso de infração, o responsável fica sujeito a multa de R\$ 2 mil a R\$ 8 mil.
- » São **bens de uso comum**, para fins eleitorais, os rios, mares, estradas, ruas e praças, conforme o Código Civil (Lei 10.406/02), e também aqueles a que a população em geral tem acesso, como cinemas, clubes, lojas, centros comerciais, templos e estádios, ainda que de propriedade privada.
- » **Nas árvores e nos jardins em áreas públicas**, bem como em muros, cercas e tapumes, não é permitida a colocação de propaganda eleitoral de qualquer natureza.
- » É permitida a colocação de **cavaletes, bonecos, cartazes e mesas para distribuição de material de campanha e bandeiras** ao longo das vias públicas, desde que não dificultem o bom andamento do trânsito de pessoas e veículos e que sejam colocados e retirados entre 6h e 22h.
- » Todo **material impresso de campanha** deverá conter o número do CNPJ ou do CPF do responsável pela confecção, bem como de quem a contratou e a respectiva tiragem. Quando o material veicular propaganda de diversos candidatos e houver rateio dos gastos, eles deverão constar da prestação de contas individual do candidato.

ONDE E COMO DENUNCIAR

- » Queixas e denúncias podem ser apresentadas no Tribunal Superior Eleitoral, quando envolverem candidatos a presidente e vice-presidente; nos tribunais regionais eleitorais, no caso de candidatos a governador, vice-governador, deputado federal, senador, deputados estadual e distrital; e no juízo eleitoral, no caso de candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereador.
- » A representação deve conter **prova da autoria** ou do **prévio conhecimento do beneficiário**. A responsabilidade do candidato estará configurada se este, depois de intimado, não providenciou, no prazo de 48 horas, a retirada ou a regularização e, ainda, se ficar demonstrada a impossibilidade de o beneficiário não ter tido conhecimento da propaganda.

NO DIA DA ELEIÇÃO

- » A propaganda é considerada crime, punível com detenção de seis meses a um ano, com a alternativa de prestação de serviços à comunidade pelo mesmo período.
- » É permitida a **manifestação individual e silenciosa da preferência do eleitor**, exclusivamente pelo uso de bandeiras, broches, lemas e adesivos.
- » **Até as 22h do dia anterior** à eleição, serão permitidos distribuição de material gráfico, caminhadas, carreatas, passeatas ou carros de som que transitem pela cidade divulgando jingles ou mensagens de candidatos.
- » É proibido o uso de **trios elétricos** em campanhas eleitorais, exceto em comícios.
- » Até o término do horário de votação, é proibida a **aglomeração de pessoas com vestuário padronizado e bandeiras, broches e adesivos**, de modo a caracterizar manifestação coletiva.

SERVIDORES

- » Nas seções eleitorais e juntas apuradoras, os servidores da Justiça Eleitoral, **mesários e escrutinadores** ficam proibidos de usar roupas ou objetos de propaganda.
- » Nos trabalhos de votação, os **fiscais partidários** devem portar crachás apenas com nome e sigla do partido ou coligação a que sirvam. É proibida a padronização do vestuário.

SEM CENSURA

- » O **poder de polícia** sobre a propaganda será exercido pelos juízes eleitorais e pelos juízes designados pelos tribunais regionais eleitorais e se restringe às providências necessárias para inibir práticas ilegais, proibida a censura prévia a programas de televisão, rádio ou internet.

COMPRA DE VOTOS

- » Para a caracterização da compra de votos, não é necessário pedido explícito, bastando a evidência da má intenção. O candidato que praticar atos de violência ou grave ameaça, com o fim de obter voto, está sujeito à **cassação do registro ou do diploma**. A representação contra essas condutas poderá ser feita até a data da diplomação.

Saiba mais

Veja a íntegra da **Lei 12.034/09** em www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm